



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 003/2024**  
**Processo Administrativo nº 013/2024**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Mucugê/Ba, por meio do(a) Pregoeiro(a) Municipal, sediado na **Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por lote** da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/ 2006, do Decreto Municipal nº 65/2022, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital.

**Local-Sítio Eletrônico:** O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, constante da página eletrônica do Banco do Brasil.

<b>Início do acolhimento das propostas:</b> 27/03/2024 – 14:00	<b>Limite de acolhimento das propostas:</b> 15/04/2024 – 08:00
<b>Abertura das propostas:</b> 15/04/2024 – 08:30	<b>Início da sessão da disputa dos lances:</b> 15/04/2024 – 09:00
<b>Modo de disputa:</b> Aberto e Fechado	<b>Intervalo entre os lances de cada lote:</b> R\$ 30,00(trinta reais), para os lotes <b>10, 12, 13, 14, 15 e 22</b> , R\$ 80,00(oitenta reais), para os lotes <b>2, 6, 7, 9, 11, 16 e 18</b> , de R\$ 100,00(cento e cinquenta reais), para os lotes <b>1, 3, 8 e 17</b> , de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), para os lotes <b>4 e 5</b> , de R\$ 200,00(duzentos reais), para o lote <b>20</b> , de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais), para o lote <b>19</b> e R\$ 300,00(trezentos reais), para o lote <b>21</b> .
<b>Código BB:</b> 1040488	

### **1. O OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de preços para a contratação de empresa para futura e eventual aquisição de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê-Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



### 3. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

- 3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Licitações-e2, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Licitações-e, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.3.** O cadastro no sistema deverá ser feito no sistema do Banco do Brasil, no sítio <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, por meio de certificado digital.
- 3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 3.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema do Banco do Brasil e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.7.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **Banco do Brasil**, através do site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>
- 4.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.5.** Não poderão disputar esta licitação:
- 4.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.5.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 4.5.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 4.5.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 4.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 4.5.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 4.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 4.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.** O impedimento de que trata o item 4.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.7.** Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que ela apresente certidão específica para aquela determinada licitação, onde se ateste sua capacidade econômica e financeira pelo juízo no qual tramita o processo de recuperação ou certidão que assegure a execução do futuro contrato, conforme exposto no julgado AREsp 309.867/ES do STJ e no Acórdão nº 1201/2020 do Tribunal de Contas da União.
- 4.8.** Esta licitação conta com 22 (vinte e dois) lotes de participação ampla, assim como com outros lotes cuja participação é permitida exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.
- 4.9.** Em relação aos Lotes **10, 12, 13, 14, 15 e 22** a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas



## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.3.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.4.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

**5.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



**5.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.12.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.13.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá **caráter sigiloso para os demais fornecedores** e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total do item/lote.

**6.1.2.** Marca.

**6.1.3.** Fabricante;

**6.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**6.2.** No preenchimento da proposta eletrônica no campo “OFERECER PROPOSTA” é **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

**6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

**6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





**6.6.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**6.8.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**6.8.1.** Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**6.8.2.** Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**6.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

**6.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.12.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.14.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.15.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**6.16.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos;



**6.16.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**7.3.1.** Deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.2.** Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

**7.3.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.3.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

**7.6.2.** Caso seja atribuído o critério de julgamento de maior desconto, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de maior desconto atribuído na sua proposta, quando for o caso.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



**7.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 30,00(trinta reais)**, para os lotes **10, 12, 13, 14, 15 e 22**, **R\$ 80,00(oitenta reais)**, para os lotes **2, 6, 7, 9, 11, 16 e 18**, de **R\$ 100,00(cem reais)**, para os lotes **1, 3, 8 e 17**, de **R\$ 150,00(cento e cinquenta reais)**, para os lotes **4 e 5**, **R\$ 200,00(duzentos reais)**, para o lote **20**, **R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais)**, para o lote **19** e **R\$ 300,00(trezentos reais)**, para o lote **21**.

**7.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.13.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.13.1.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.17.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.20.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente





após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.22.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital.

**7.23.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.24.** Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.25.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.26.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.27.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.28.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.29.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.29.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, na seguinte ordem:

7.29.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.29.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.29.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.29.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.29.2.** Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



7.29.2.2. Empresas brasileiras

7.29.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.30.** Caso ainda haja persistência no empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**7.31.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.31.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.31.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.31.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.31.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02:00 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.32.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da Lei nº14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 65/2023.

**8.7.** Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**8.13.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de até **02:00 horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**8.14.** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços **não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta**, desde que não contrariem exigências legais.

**8.15.** Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

8.16.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.16.2 Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.16.3 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.16.4 Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.16.5 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.16.6 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.16.5, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

**8.16.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**8.17.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02:00 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.18.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

**8.19.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**8.20.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**8.21.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;





**8.22.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**8.23.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.24.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.25.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.26.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.27.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.28.** Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.29.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante **inabilitado**, por falta de condição de participação.

**9.2.1.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do por meio do sistema do **Banco do Brasil** - <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até 02:00 horas**, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital **DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAL OU CÓPIAS AUTENTICADAS NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DOIS) DIAS PARA O SETOR DE LICITAÇÕES CONTADOS DO**





**MOMENTO EM QUE ISSO FOR SOLICITADO DENTRO DO SISTEMA**, com sede à Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica – Mucugê/BA, constando fora do envelope a identificação do Pregão eletrônico a que os documentos de referem, para análise final e definitiva.

**9.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.8.1.** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.2.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.3.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.8.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.8.5.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**9.8.6.** No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

**9.8.7.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**9.8.8.** No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

**9.8.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.8.10.** Cópia de Cédula de Identidade e CPF dos sócios administradores da empresa;

**9.8.11.** Alvará de Licença e Funcionamento.

**9.8.12.** Apresentação do Alvará da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal conforme determina a legislação vigente.

**9.9. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**



- 9.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.9.2.** Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- 9.9.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 9.9.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.9.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.10.** Certidão negativa de licitantes inidôneos, emitida pelo TCU (Tribunal de Contas da União) do(a) licitante;
- 9.9.11.** Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 30 (trinta) dias entre a data de sua expedição e a data da realização da licitação.

## **9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do Proponente (válida somente se expedida dentro de 30 (trinta) dias antes da sessão inaugural, caso não tenha validade expressa);
- b) Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, considerando forma e calendários legais, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada à substituição por balancetes ou Balanço Provisório. O licitante apresentará, conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador habilitado, com comprovação através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional



(CRP), perante o C.R.C (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Dirigente/Sócio, qualificados;

- b.1) No caso de Sociedade Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial;
- b.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência, devem cumprir a exigência contida no subitem “b”, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado;
- b.3) Serão considerados “na forma da lei”, a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, expedidos pelo SPED, pelas empresas obrigadas ou optantes da ECD – Escrituração Contábil Digital;
- c) No caso de Microempreendedor Individual (MEI) será exigido a Declaração Anual do Simples Nacional.
- d) Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal;
- e) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

e.1) ILG = Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1, calculado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

e.2) ILC = Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}, \text{ onde:}$$

AC = ATIVO CIRCULANTE  
PC = PASSIVO CIRCULANTE.

e.3) IEG = Índice de Endividamento Geral, menor ou igual a 0,35, calculado pela seguinte fórmula:

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT}, \text{ onde:}$$

PC = PASSIVO CIRCULANTE  
ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO  
AT = ATIVO TOTAL.

e.4) Os índices de que trata os subitens acima serão calculados pelo responsável da contabilidade, devendo conter a indicação do seu nome e do número de



registro no Conselho Regional de Contabilidade no documento de apresentação dos cálculos, preferencialmente assinada pelo seu representante legal ou responsável de contabilidade.

e.5) Se a informação do memorial de cálculo não conferir com os elementos constantes no Balanço Patrimonial, o licitante será inabilitado, independente da adoção das medidas legais cabíveis.

e.6) Caso conste no Balanço Patrimonial o cálculo de todos os índices solicitados na alínea “e”, a declaração será dispensada.

e.7) O balanço referente ao último exercício encerrado deve estar acompanhado da publicação em Diário Oficial deste quando se tratar de Sociedade Anônima.

e.8) Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso ser apresentada a respectiva memória de cálculo.

e.9) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Prefeitura Municipal de Mucugê se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes

**e.10) O licitante deverá comprovar, além dos índices acima, que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;**

e.11) Declaração firmada pelo contador da Licitante em papel timbrado deste, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo especificados, foram extraídos do balanço do último exercício social já exigível;

**e.12) Justificativa dos Índices Contábeis:**

e.12.1) O Balanço Patrimonial retrata a situação econômico-financeira de uma empresa em data definida no seu instrumento contratual, é composto pelo Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido;

e.12.2) O Ativo é inerente às aplicações dos Bens e Direitos da entidade Contábil. O Passivo e o Patrimônio Líquido representam as obrigações, ou seja, as origens dos recursos de terceiros e próprios da sociedade empresária;

e.12.3) Na análise da situação patrimonial de uma empresa, sabe-se que os grupos de contas estão dispostos obedecendo às duas regras básicas:



e.12.3.1) no Ativo os direitos e os bens estão em grau decrescente de sua liquidez (convertibilidade mais imediata em dinheiro, conforme o curto, médio ou longo prazo);

e.12.3.2) no Passivo as obrigações são pagas na ordem crescente dos vencimentos (pagamento mais rápido = curto prazo);

e.12.3.3) Os índices ou quocientes servem de meio para se avaliarem situações relacionadas com a vida da empresa como liquidez, rentabilidade, lucratividade, capacidade de pagamento, ciclo operacional etc, fornecendo subsídios embasados no passado, mas tendo como meta prever o futuro de uma empresa, já que o estado não pode se atirar em negócios arriscados e aleatórios.

e.12.3.4) O índice de liquidez geral serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de curto e longo prazo (Ativo Circulante e Realizável de Longo Prazo) do empreendimento. Indica que, para cada real de dívidas totais com terceiros (Passivo Circulante + Exigível de Longo Prazo), a empresa dispõe de mais de R\$ 1,00 de bens e direitos de curto e longo prazo para pagar, ou seja, se negociar os bens e direitos de curto e longo prazo, para cada R\$ 1,00 que receber se contrapõe R\$ 1,00 com sobra;

e.12.3.5) O índice de liquidez corrente relaciona de quantos reais dispomos imediatamente e conversíveis em dinheiro, com relação à dívida de curto prazo (Ativo Circulante). Assegura que, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de curto prazo (Passivo Circulante) a empresa dispõe de pelo menos mais de R\$ 1,00 (um real) de bens e direitos de curto prazo para pagar, ou se a empresa negociar todo o seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 que receber paga R\$ 1,00 com sobra;

e.12.3.6) O Índice de Endividamento Geral serve para analisar o nível de dívidas e saúde financeira de uma empresa. Ele é calculado somando o PC = PASSIVO CIRCULANTE com o ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, dividido pelo AT = ATIVO TOTAL.

e.12.3.7) Considerando-se a magnitude do objeto licitado e o prazo exigido para sua execução e conclusão, os índices escolhidos, demonstram atender, dentro dos limites dos dispositivos já mencionados da Lei de Licitações, a análise da capacidade financeira da licitante;

e.12.3.8) Conclui-se, portanto, que pela análise dos índices de liquidez propostos pode-se constatar que a empresa tem condições de realizar os pagamentos de suas obrigações, cuja capacidade de pagamento de curto prazo tenderá a ser sensivelmente melhor do que a de longo prazo, isto pode ser evidenciado pela análise dos índices de liquidez corrente e geral, que quanto maiores melhores.





### **9.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**9.13.1** Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Farmácia, CRF, do Estado onde estiver instalado, bem como do seu responsável técnico constante no termo de responsabilidade técnica apresentado ao órgão sanitário competente, em plena validade;

**9.13.2** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.13.3** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**9.13.4** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**9.13.5** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.13.6** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.13.7** Comprovação de Autorização para Distribuição de Medicamentos **Controlados** – (Licença Especial), psicotrópicos e entorpecentes expedido pelo Ministério da Saúde (ANVISA), **acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União.**

**9.13.8** Apresentar comprovação de Autorização para Distribuição de **Medicamentos comuns** e insumos farmacêuticos expedido pelo Ministério da Saúde (ANVISA), **acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União;**

### **9.14. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES**

**9.14.1.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

**9.14.2.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**9.14.3.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

**9.14.4.** Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**9.14.5.** Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

**9.14.5.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;



**9.14.5.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.14.5.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.14.5.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

**9.14.5.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**9.14.5.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**9.14.5.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.14.6.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**9.14.7.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.14.8.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.9.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.14.10.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.14.11.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.14.12.** Será **inabilitado** o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



**9.14.13.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.14.14.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**9.14.15.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**9.1.1.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para o art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**9.14.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02:00 horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

**11.3.** Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de até **03 (três) dias úteis** para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado e encaminhado exclusivamente através do e-mail **licitacoes@mucuge.ba.gov.br**, que em seguida será disponibilizado aos demais licitantes que ficarão desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

**11.4.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.5.2. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.5.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**11.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista,





nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **PE Nº 003/2024**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**15.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**15.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

### **16. DO TERMO DE CONTRATO**

**16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.





**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**16.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**16.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**16.4.** O prazo de vigência da contratação é de **12(doze) meses**, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

**15.4.1.** A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

**16.5.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **17. DO REAJUSTE**

**17.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

## **18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.



## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

**21.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**21.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**21.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**21.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**21.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

21.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.5.4. deixar de apresentar amostra;

21.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**21.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**21.1.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

**21.1.8.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**21.1.9.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**21.1.10.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**21.1.11.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**21.1.12.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**21.1.13.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**21.1.14.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**21.1.15.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**21.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.3.** Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**21.3.1.** advertência;

**21.3.2.** multa;

**21.3.3.** impedimento de licitar e contratar;

**21.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**21.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**21.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**21.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**21.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**21.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**21.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.5.** A sanção prevista na cláusula 21.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 21.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**21.6.** A sanção prevista na cláusula 21.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 21, deste edital.

**21.7.** A sanção prevista na cláusula 21.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**21.8.** A sanção prevista na cláusula 21.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 21.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**21.9.** As sanções previstas nas cláusulas 21.3.1, 21.3.3 e 21.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 21.3.2.

**21.10.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**21.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda



desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

**21.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**21.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos

**21.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**21.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**21.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**22.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**22.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**22.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**22.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata.



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**23.1.** Até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

**23.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, ou por petição dirigida ou protocolada na sala da comissão localizada no prédio da sede da prefeitura no endereço **Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.**

**23.3.** A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**23.4.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**23.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>

**23.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**23.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**23.8.** A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

**23.9.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**23.9.1.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar, a contratação aqui pretendida deve ser realizada por lotes, tendo em vista que adjudicação assim permitirá um melhor aproveitamento das empresas existentes no mercado, sem prejudicar a competitividade do certame e a perda da economia de escala. Ademais, ao realizar a adjudicação por lote é possível propiciar maior celeridade na entrega com ampla participação de licitantes para a execução, fornecimento e aquisição da totalidade do objeto, como também, de acordo com as demandas das unidades englobadas.

**24.2.** As especificações dos produtos, objeto deste pregão nº 003/2024, estão descritas e elencados por lote, que tem por objetivo proporcionar mais eficiência dos licitantes na composição dos preços trazendo efeitos positivos não só para o licitante, mas também para o Município, buscando atender o princípio da economicidade.

**24.3.** Com o objetivo de garantir a competitividade, sem, contudo, perder a economia de escala e a obtenção de preço vantajoso para a administração, aloca os produtos em diversos lotes, conforme planilha explícita no anexo I do edital





**24.4.** Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da detentora da ata de registro de preços, correndo por sua conta e risco a operação, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;

**24.5.** O armazenamento e transporte dos materiais deverão obedecer a temperatura especificada no rótulo do produto;

**24.6.** O transporte e manuseio dos medicamentos e demais materiais deverão ser de acordo com as normas legais vigentes, através de empresa que detenha o Certificado de Boas Práticas para Distribuição e Armazenamento (ou protocolo com laudo de vistoria, deferido), emitido pela VISA (Vigilância Sanitária);

**24.7.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**24.8.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**24.9.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**24.10.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**24.11.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.12.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.13.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.15.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.16.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**24.17.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da prefeitura <http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br>, e no portal constante da página eletrônica do Banco do Brasil e <https://licitacoes-e2.bb.com.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Cel. Douca Medrado, 73, Centro, nos dias úteis, no horário das **08 horas às 12 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

## **25. ANEXOS**

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;  
Apêndice do Anexo II – Planilha de composição de Preços;  
ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;  
ANEXO IV- Minuta de Termo de Contrato;  
ANEXO V- Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021);  
ANEXO VI- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021);  
ANEXO VII- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;  
ANEXO VIII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021);  
ANEXO IX - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Mucugê-Ba 26 de março de 2024.

**FÁBIO RICARDO FERREIRA MOURA**  
**PREGOEIRO**  
**DECRETO Nº 010/2024**



## **ANEXO I – Termo de Referência**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde**

#### **1 – OBJETO**

1.1. Contratação de empresa com finalidade de fixar as diretrizes e estabelecer os procedimentos básicos a serem observados para a instauração de processo licitatório para futura e eventual aquisição, mediante registro de preço, de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê-Ba, em conformidade com as especificações e condições constantes neste termo e de acordo com legislação vigente.

1.2. Os bens são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal nº 03/2024.

1.4. A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano de Contratações Anual de 2024, estando alinhado com o Planejamento da Administração.

1.5. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

#### **2 – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista a necessidade da aquisição de medicamentos, material pênsl de uso hospitalar e da manutenção dos programas da Atenção Primária, da Assistência Farmacêutica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centro de Especialidade e Hospital Municipal Augusta Medrado Mattos para atendimento e tratamento medicamentoso dos pacientes em acompanhamento e tratamento médico pelo SUS, garantindo melhor qualidade de vida aos munícipes. Somado a isto, tem-se a necessidade de providenciar a continuidade dos serviços de saúde, uma vez que a saúde do cidadão é prevista como compromisso formal e expresso do Estado, como



ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

se vê, entre outras disposições, nos arts. 5, 6, 23, II e 196 a 198 da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8.080/90.

2.2. A contratação pretendida consiste na referência do estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público para o fornecimento, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021.

2.3. A contratação, via Pregão Eletrônico, é a opção da modalidade escolhida e consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, amplia a possibilidade de competição entre empresas do ramo pretendido para a aquisição do bem, que visa à consecução do interesse público.

### 3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

LOTES 01 – ANTI-HIPERTENSIVOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ALOPURINOL 100 MG	COMPRIMIDO	6.400			
02	ANLÓDIPINO, BESILATO DE, 10 MG	COMPRIMIDO	40.600			
03	ANLÓDIPINO, BESILATO DE, 5 MG	COMPRIMIDO	24.600			
04	ATENÓLOL 100 MG	COMPRIMIDO	20.600			
05	ATENÓLOL 25 MG	COMPRIMIDO	20.600			
06	ATENÓLOL 50 MG	COMPRIMIDO	56.000			
07	CAPTÓPRIL 25 MG	COMPRIMIDO	31.000			
08	DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO	16.400			
09	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/ 50 MG	COMPRIMIDO	6.400			
10	ENALAPRIL MALEATO 10MG	COMPRIMIDO	35.400			
11	ENALAPRIL MALEATO 5MG	COMPRIMIDO	51.000			
12	ENALAPRIL MALEATO DE 20MG	COMPRIMIDO	70.000			
13	ESPIRONOLACTONA 100 MG	COMPRIMIDO	21.000			
14	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMPRIMIDO	42.600			
15	ESPIRONOLACTONA 50MG	COMPRIMIDO	26.000			
16	FUROSEMIDA 40 MG	COMPRIMIDO	41.000			
17	HIDRALAZINA 25 MG	COMPRIMIDO	4.000			
18	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMPRIMIDO	134.000			
19	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMPRIMIDO	134.000			
20	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	COMPRIMIDO	2.000			
21	MESILATO DE DOXAZOSINA 4 MG	COMPRIMIDO	2.000			
22	METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	10.400			
23	NIFEDIPINO 10 MG	COMPRIMIDO	25.400			
24	NIFEDIPINO 20 MG	COMPRIMIDO	25.400			
25	PROPRANOLOL CLORIDRATO DE 10 MG	COMPRIMIDO	3.000			
26	PROPRANOLOL CLORIDRATO DE 40 MG	COMPRIMIDO	22.000			
27	VERAPAMIL, CLORIDRATO DE, 80 MG	COMPRIMIDO	1.500			
VALOR GLOBAL DO LOTE 01						

LOTE 02 – INSUFICIÊNCIA CARDÍACA HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	AMIODARONA CLORIDRATO 200MG	COMPRIMIDO	4.400			
02	CARVEDILOL 1,25MG	COMPRIMIDO	3.000			
03	CARVEDILOL 25 MG	COMPRIMIDO	11.000			
04	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRIMIDO	11.000			
05	CARVEDILOL 3,125 MG	COMPRIMIDO	11.000			
06	CARVEDILOL 6,25MG -	COMPRIMIDO	10.000			
07	CLOPIDOGREL BISSULFATO DE, 75MG	COMPRIMIDO	20.600			
08	GINKGO BILOBA 120 MG	COMPRIMIDO	1.000			
09	METOPROLOL SUCCINATO 25MG	COMPRIMIDO	12.000			
10	METOPROLOL SUCCINATO 50MG	COMPRIMIDO	16.400			
11	METOPROLOL SUCCINATO 100MG	COMPRIMIDO	11.400			
12	RIVAROXAANA 15 MG	COMPRIMIDO	3.400			
13	RIVAROXAANA 20 MG	COMPRIMIDO	5.400			
14	MONONITRATO ISOSSORBIDA 20 MG	COMPRIMIDO	1.500			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

15	MONONITRATO ISOSSORBIDA 5 MG SUBLINGUAL	COMPRIMIDO	1.500			
16	MONONITRATO ISOSSORBIDA 40 MG	COMPRIMIDO	1.500			
VALOR GLOBAL DO LOTE 02						

**LOTE 03 – ANTIDIABÉTICOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACARBOSE 100 MG	COMPRIMIDO	1.500			
02	ACARBOSE 50 MG	COMPRIMIDO	1.500			
03	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMPRIMIDO	56.000			
04	GLICLAZIDA 30MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	134.000			
05	GLICLAZIDA 60MG	COMPRIMIDO	134.000			
06	GLIMEPIRIDA 1MG	COMPRIMIDO	4.000			
07	GLIMEPIRIDA 2MG	COMPRIMIDO	8.000			
08	GLIMEPIRIDA 4MG	COMPRIMIDO	8.000			
09	METFORMINA CLORIDRATO DE 500 MG	COMPRIMIDO	200.000			
10	METFORMINA CLORIDRATO DE 850 MG	COMPRIMIDO	240.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 03						

**LOTE 04 – ANTI-HISTAMINICOS E CORTICOIDES HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 AEROSOL MCG/	FRASCO	1.000			
02	BUDESONIDA 32 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	1.000			
03	BUDESONIDA 50 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	1.000			
04	BUDESONIDA 64 MCG AEROSOL NASAL	FRASCO	1.000			
05	CINARIZINA 75 MG	COMPRIMIDO	26.000			
06	CINARIZINA 25 MG	COMPRIMIDO	24.000			
07	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - SOLUÇÃO NASAL	FRASCO	1.000			
08	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	COMPRIMIDOS	14.400			
09	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML – ELIXIR	FRASCO	1.000			
10	DEXAMETASONA FOSFATO DISSODICO 4MG/ML	FRASCO	7.000			
11	DEXCLOFENIRAMINA MALEATO 2 MG	COMPRIMIDOS	14.000			
12	DEXCLOFENIRAMINA MALEATO DE SOL ORAL 0,4MG/	FRASCO	1.600			
13	DEXCLORFENIRAMINA 2MG + BETAMETASONA 0,25MG XAROPE 120ML	FRASCO	1.000			
14	FENOTEROL BROMIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20 ML	FRASCO	1.000			
15	HIDROXIZINA 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
16	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSOL ORAL	FRASCO	1.000			
17	IPRATRÓPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INALANTE	FRASCO	1.000			
18	LORATADINA 1MG/ML XAROPE	FRASCO	1.600			
19	LORATADINA 10 MG	COMPRIMIDOS	14.000			
20	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO DE 4,02 MG/ML SOLUÇÃO ORAL (EQUIVALE A 3 MG DE PREDNISOLONA/ ML) FR C/60ML	FRASCO	1.100			
21	PREDNISOLONA SUSPENSÃO ORAL A 1 MG/ML	FRASCO	1.000			
22	PREDNISONA 20 MG	COMPRIMIDOS	14.000			
23	PREDNISONA 5 MG	COMPRIMIDOS	14.000			
24	SALBUTAMOL SULFATO DE 100 MCG/ DOSE AEROSOL	FRASCO	1.000			
25	SALBUTAMOL, SULFATO DE 6 MG/ML (EQUIVALENTE A 5MG DE SALBUTAMOL/ML) - SOLUÇÃO INALANTE	FRASCO	1.000			
26	SALBUTAMOL, SULFATO DE 2MG/5ML	FRASCO	1.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 04						

**LOTE 05 – ANTIBIÓTICO HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG /125MG	COMPRIMIDO	2.000			
02	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO SOLUÇÃO ORAL 50 MG /125 MG	FRASCO	1.000			
03	AMOXICILINA 500 MG	COMPRIMIDO	12.000			
04	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ SUSP.ORAL	FRASCO	1.000			
05	AMPICILINA 250MG/5ML 60ML PO SUSP ORAL	FRASCO	1.000			
06	AMPICILINA 500MG CAPS	CAPSULA	2.000			
07	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	5.000			
08	AZITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	4.000			
09	CEFADROXILA 500MG	COMPRIMIDO	1.000			
10	CEFADROXILA 250MG/5ML 100ML PÓ SUSPENSÃO	FRASCO	1.000			
11	CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.000			
12	CEFALEXINA 500 MG	COMPRIMIDO	12.000			





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

13	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO DE 500 MG	COMPRIMIDO	1.800			
14	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO DE 250 MG	COMPRIMIDO	1.800			
15	CLARITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	2.500			
16	CLINDAMICINA CLORIDRATO DE 300MG	CAPSULA	2.500			
17	CLORAFENICOL 250MG	COMPRIMIDO	1.000			
18	DOXICICLINA 100MG CMP	COMPRIMIDO	2.500			
19	ERITROMICINA 25 MG/ML SUSPENSÃO	FRASCO	2.000			
20	ERITROMICINA 500 MG COMP	COMPRIMIDO	2.000			
21	ERITROMICINA ESTOLATO DE 500 MG	COMPRIMIDO	2.000			
22	LEVOFLOXACINO 500 MG	COMPRIMIDO	1.000			
23	NITROFURANTOÍNA 100 MG	COMPRIMIDO	1.000			
24	RIFAMICINA 10MG/ML 20ML SPRAY	FRASCO	1.000			
25	SULFADIAZINA DE PRATA 1%- CREME 30G	BISNAGA	2.000			
26	SULFADIAZINA DE PRATA 1%- CREME 400G	POTE	1.000			
27	SULFADIAZINA DE PRATA POMADA	BISNAGA	1.000			
28	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG + 80MG	COMPRIMIDO	10.000			
29	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETOPRIMA SUSP ORAL 40MG + 8MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.500			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 05</b>						

**LOTE 06 – ANTIFUNGICO/ ANTIMICÓTICO/ PARASITÁRIOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	3.000			
02	ACICLOVIR 50 MG/G (5%) CREME	COMPRIMIDO	1.000			
03	ALBENDAZOL (MASTIGAVEL)	COMPRIMIDO	2.400			
04	ALBENDAZOL 40/ ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.200			
05	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO	FRASCO	1.000			
06	CETOCONAZOL 200 MG	COMPRIMIDO	2.000			
07	FLUCONAZOL 150 MG	COMPRIMIDO	3.600			
08	IVERMECTINA 6 MG	COMPRIMIDO	1.000			
09	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	5.000			
10	METRONIDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	2.000			
11	MICONAZOL LOÇÃO 2% FR C/30ML	FRASCO	1.000			
12	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG	COMPRIMIDO	1.000			
13	PERMETRINA 5% - LOÇÃO	FRASCO	1.000			
14	PERMETRINA 1% - LOÇÃO	FRASCO	1.000			
15	DIMETICONA 4% EMULSÃO	FRASCO	1.000			
16	SECNIDAZOL 1G	COMPRIMIDO	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 06</b>						

**LOTE 07 – ANTI-INFLAMATORIOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ÁCIDO ACETILSALICILICO	COMPRIMIDO	100.000			
02	CETOPROFENO 100 MG	COMPRIMIDO	1.000			
03	CETOPROFENO 20MG/ML (SOLUÇÃO ORAL)	FRASCO	1.000			
04	DICLOFENACO DE SÓDICO 50 MG	COMPRIMIDO	5.000			
05	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	COMPRIMIDO	2.000			
06	DICLOFENACO RESINATO SOL ORAL 15MG/ML	SUSPENSÃO	1.000			
07	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ ML – SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.600			
08	DIPIRONA SÓDICA COMPRIMIDO 500 MG	COMPRIMIDO	100.000			
09	IBUPROFENO 100MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
10	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.600			
11	IBUPROFENO 600MG	COMPRIMIDO	100.000			
12	IBUPROFENO 300MG	COMPRIMIDO	1.000			
13	MELOXICAN 15 MG	COMPRIMIDO	1.000			
14	MELOXICAN 7,5 MG	COMPRIMIDO	1.000			
15	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	2.000			
16	PARACETAMOL 100MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	2.000			
17	PARACETAMOL 500 MG	COMPRIMIDO	60.000			
18	PARACETAMOL 750 MG	COMPRIMIDO	14.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 07</b>						

**LOTE 08 – POMADA / CREME/ LOÇÃO HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACICLOVIR 50 MG/G (5%) CREME	BISNAGA	1.000			
02	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA	POMADA	500			
03	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA	CREME	500			
04	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA	POMADA	500			
05	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA	CREME	500			
06	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA	POMADA	500			
07	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA	CREME	500			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

08	CETOCONAZOL POMADA 20MG/g	BISNAGA	1.000			
09	COLAGENASE C/CLORANFENICOL 30G POM DERM	BISNAGA	1.000			
10	DEXAMETASONA CREME 01%	BISNAGA	2.000			
11	HIDROCORTISONA ACETATO 1% CREME	BISNAGA	1.000			
12	ESTRIOL CR VAGINAL	BISNAGA	100			
13	LIDOCAINA CLORIDRATO 20 MG/G – GEL bg c/30gr	BISNAGA	1.000			
14	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAGINAL + APLICADORES	BISNAGA	1.000			
15	METRONIDAZOL+NISTATINA 50G C/APLIC	BISNAGA	1.000			
16	MICONAZOL NITRATO DE 2% CREME VAGINAL	BISNAGA	1.000			
17	MICONAZOL, NITRATO DE, 2%, CREME bg c/28gr	BISNAGA	1.000			
18	MICONAZOL LOÇÃO 2% FR C/ 30ML	FRASCO	1.000			
19	NEOMICINA + BACITRACINA POMADA 5MG+250UI/g	BISNAGA	2.000			
20	NISTATINA CREME VAGINAL 60g	BISNAGA	1.000			
21	ÓLEO DE GIRASSOL 500ML	FRASCO	800			
22	PASTA D'ÁGUA	FRASCO	500			
23	VALERATO DE BETAMETASONA 30 G	POMADA	500			
VALOR GLOBAL DO LOTE 08						

LOTE 09 - VITAMINAS E MINERAIS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ÁCIDO FÓLICO SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	3.000			
02	ÁCIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	6.000			
03	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMPRIMIDO	1.400			
04	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG	COMPRIMIDO	1.000			
05	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + COLECALCIFEROL 400 UI	COMPRIMIDO	6.000			
06	CARVÃO VEGETAL ATIVO- PÓ PARA USO ORAL FR C/10GR	FRASCO	500			
07	COMPLEXO B COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	16.000			
08	COMPLEXO B SOLUÇÃO ORAL GOTAS	FRASCO	1.000			
09	COMPLEXO B XAROPE	FRASCO	1.000			
10	DACTIL-OB (PIPERIDOLATO 100 MG+ HESPERIDINA 50 MG+ VITAMINA C 50 MG)	DRAGEA	500			
11	POLIVITAMINICO ADULTO	COMPRIMIDO	1.600			
12	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ P/SOLUÇÃO	SACHE	1.600			
13	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL / GOTAS	FRASCO	1.400			
14	SULFATO FERROSO 40 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	26.000			
15	TIAMINA 300 MG	COMPRIMIDO	1.000			
16	VITAMINA C GOTAS	FRASCO	1.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 09						

LOTE 10 – HORMÔNIOS E ANTICONCEPCIONAIS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ESTRADIOL 1 MG	COMPRIMIDO	1.000			
02	ESTRADIOL 2 MG + ACETATO DE NORETISTERONA 1	COMPRIMIDO	1.000			
03	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15 MG	COMPRIMIDO	1.600			
04	LEVOGENESTREL 15 MG	COMPRIMIDO	1.600			
05	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMPRIMIDO	1.000			
06	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMPRIMIDO	1.000			
07	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMPRIMIDO	1.000			
08	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	COMPRIMIDO	1.000			
09	MISOPROSTOL 25 MCG (COMPRIMIDO VAGINAL)	COMPRIMIDO	500			
10	MISOPROSTOL 200 MCG (COMPRIMIDO VAGINAL)	COMPRIMIDO	500			
11	NORETISTERONA 035 MG	COMPRIMIDO	1.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 10						

LOTE 11 – XAROPES HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACEBROFILINA 10 MG/ML	FRASCO	1.000			
02	ACEBROFILINA 5 MG/ML	FRASCO	1.000			
03	ACETILCISTEINA XAROPE ADULTO 40 MG/ML	FRASCO	1.000			
04	ACETILCISTEINA XAROPE PEDIÁTRICO 20 MG/ML	FRASCO	1.000			
05	AMBROXOL 3 MG/ML (PEDIÁTRICO) SEM AÇÚCAR	FRASCO	1.000			
06	AMBROXOL 3 MG/ML (PEDIÁTRICO)	FRASCO	1.000			
07	AMBROXOL 6 MG/ML ( ADULTO ) SEM AÇÚCAR	FRASCO	1.000			
08	AMBROXOL 6 MG/ML ( ADULTO )	FRASCO	1.000			
09	CARBOCISTEINA SUSP. ORAL (PEDIÁTRICO)	FRASCO	1.000			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

10	CARBOCISTEINA SUSP. ORAL 50MG/ML (ADULTO)	FRASCO	1.000			
11	GUACO XAROPE	FRASCO	1.000			
12	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 1282,50 MG/15ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	500			
13	IODETO DE POTÁSSIO XAROPE	FRASCO	500			
14	LACTULOSE 667 MG/ML – XAROPE	FRASCO	1.000			
15	NISTATINA 100.000 UI SUSPENSÃO ORAL fr 30 ml	FRASCO	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 11</b>						

**LOTE 12 – COLÍRIOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	CLORAFENICOL COLÍRIO	FRASCO	200			
02	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA + MALEATO DE TIMOLOL 2% + 0,5%	FRASCO	200			
03	COLÍRIO DE DEXAMETASONA	FRASCO	200			
04	COLÍRIO LUBRIFICANTE - CARMELOSE	FRASCO	50			
05	GARASONE 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	200			
06	MNALEATO DE TIMOLOL 0,5%	FRASCO	200			
07	NITRATO DE PRATA 1% - COLÍRIO	FRASCO	200			
08	VITELINATO DE PRATA 100MG/ML , COM 5 ML, COLÍRIO ARGIROL	FRASCO	200			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 12</b>						

**LOTE 13 – ESTATINAS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	SINVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	40.000			
02	SINVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	40.000			
03	ATORVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	1.000			
04	ATORVASTATINA 40 MG	COMPRIMIDO	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 13</b>						

**LOTE 14 – ANTIEMÉTICOS E PROCINÉTICOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	DIMENIDRINATO 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
02	DOMPERIDONA 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.000			
03	DOMPERIDONA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL	SUSPENSÃO	500			
04	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO DE 10MG	COMPRIMIDO	4.000			
05	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO DE 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 14</b>						

**LOTE 15 – LAXANTE HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	BISACODIL 5MG	DRÁGEAS	1.000			
02	GLICERINA 12% COM Sonda RETAL 500 ML	FRASCO	1.000			
03	GLICEROL 120 MG/ML 250 ML	FRASCO	500			
04	GLICEROL SUPPOSITÓRIO ADULTO	SUPPOSITÓRIO	500			
05	GLICEROL SUPPOSITÓRIO INFANTIL	SUPPOSITÓRIO	500			
06	MINILAX 6,5MG (Cx. c/ 7 bisnagas)	BISNAGA	100			
07	ÓLEO MINERAL 100 ML	FRASCO	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 15</b>						

**LOTES 16 – DIVERSOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ÁCIDO TRANEXAMICO 250 MG	COMPRIMIDO	2.000			
02	AMINOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	1.000			
03	BROMOPRIDA 10 MG	COMPRIMIDO	1.000			
04	BROMOPRIDA 4 MG/ML	FRASCO	1.000			
05	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 10MG +250 MG	COMPRIMIDO	5.000			
06	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 10ML - GOTAS	FRASCO	1.000			
07	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + PARACETAMOL 10MG + 500MG	COMPRIMIDO	1.000			
08	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG	COMPRIMIDO	2.000			
09	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG/20 ML	FRASCO	3.000			
10	CIMETIDINA 200MG	COMPRIMIDO	3.000			
11	CITICOLINA 500 MG	COMPRIMIDO	500			
12	CLORIDRATO DE FENAZOPIRIDINA 100MG (PYRIDUM)	DRAGEA	500			
13	DOMPERIDONA 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.000			
14	ERGOTRATE 0,125 MG COMPRIMIDO	DRAGEA	500			
15	FLORATIL 200 MG	CAPSULA	1.000			
16	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG – SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	1.000			
17	INIBINA 10 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	500			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

18	OMEPRAZOL 20 MG	COMPRIMIDO	30.000			
19	PENTOXIFILINA 400 MG 20 COMP (CX.C/20)	COMPRIMIDO	500			
20	PIRACETAM 800 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.000			
21	PIROXICAM 20 MG	COMPRIMIDO	1.000			
22	SILIMARINA + RACETAMETIONINA 70MG/100 MG	COMPRIMIDO	1.000			
23	SIMETICONA 40 MG	COMPRIMIDO	3.000			
24	SIMETICONA 75 MG/ ML	FRASCO	1.500			
25	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG	COMPRIMIDO	1.000			
26	VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMPRIMIDO	1.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 16						

**LOTES 17 – CONTROLADOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	ÁCIDO VALPROICO 250 MG	COMPRIMIDO	2.000			
02	ÁCIDO VALPROICO 50 MG/ ML (XAROPE)	FRASCO	1.000			
03	ÁCIDO VALPROICO 500 MG	COMPRIMIDO	10.000			
04	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO DE, 25 MG.	COMPRIMIDO	16.000			
05	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG	COMPRIMIDO	5.000			
06	BROMAZEPAN 3 MG	COMPRIMIDO	3.000			
07	BROMAZEPAN 6 MG	COMPRIMIDO	3.000			
08	BUPROPIONA, CLORIDRATO DE, 150 MG	COMPRIMIDO	1.600			
09	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	800			
10	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMPRIMIDO	13.000			
11	CARBONATO DE LÍCIO 300 MG	COMPRIMIDO	1.200			
12	CITALOPRAN 20 MG	COMPRIMIDO	1.400			
13	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO DE, 25 MG	COMPRIMIDO	1.000			
14	CLONAZEPAN 0,5 MG	COMPRIMIDO	1.800			
15	CLONAZEPAN 2 MG	COMPRIMIDO	6.400			
16	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML.SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
17	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE, 100 MG.	COMPRIMIDO	11.000			
18	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE, 25 MG.	COMPRIMIDO	1.600			
19	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE, 40MG/ML – SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1500			
20	DIAZEPAN 10 MG	COMPRIMIDO	4.000			
21	DIAZEPAN 5 MG	COMPRIMIDO	3.000			
22	ESCITALOPRAN 20 MG	COMPRIMIDO	5.400			
23	ESCITALOPRAN 20 MG/ML	FRASCO	500			
24	FENITOINA SÓDICA 100 MG	COMPRIMIDO	4.200			
25	FENITOINA SÓDICA SUSP ORAL 20 MG/ML	FRASCO	500			
26	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRIMIDO	6.000			
27	FENOBARBITAL SÓDICO 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	1.000			
28	FLUFENAZINA ENANTATO DE, 25 MG/ML – 1ML	COMPRIMIDO	500			
29	FLUOXETINA, CLORIDRATO DE, 20 MG	COMPRIMIDO	10.000			
30	HALOPERIDOL 1 MG	COMPRIMIDO	13.600			
31	HALOPERIDOL 2 MG/ML GOTAS	FRASCO	1.000			
32	HALOPERIDOL 5 MG	COMPRIMIDO	7.200			
33	IMIPRAMINA 25 MG	COMPRIMIDO	1.000			
34	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	1.000			
35	LEVODOPA 200MG + BENZARAZIDA 50 MG	COMPRIMIDO	1.000			
36	LEVODOPA 250MG + CARDIDOPA 25MG	COMPRIMIDO	1.000			
37	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	CÁPSULA	1.000			
38	LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	COMPRIMIDO	1.000			
39	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML	FRASCO	1.000			
40	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE, 25 MG	COMPRIMIDO	2.000			
41	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO DE, 50 MG	COMPRIMIDO	3.400			
42	PARACETAMOL+CODEÍNA 30MG	COMPRIMIDO	1.600			
43	RISPERIDONA 1 MG	COMPRIMIDO	11.200			
44	RISPERIDONA 2 MG	COMPRIMIDO	6.600			
45	RISPERIDONA 3 MG	COMPRIMIDO	6.400			
46	SERTRALINA 50 MG	COMPRIMIDO	2.000			
47	TRIFLUOPERAZINA 5 MG	COMPRIMIDO	500			
VALOR GLOBAL DO LOTE 17						

**LOTE 18 – INJETÁVEL CONTROLADOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	BIPERIDENO, LACTATO DE, 5 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
02	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE, 5MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
03	DIAZEPAN 5 MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	4.000			
04	FENTANILA, CITRATO DE 50 MCG/ML 5 ML	AMPOLA	1.000			
05	FENITOINA SÓDICA 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
06	FENOBARBITAL 100 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
07	HALOPERIDOL 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
08	HALOPERIDOL DECANOATO, 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL.	AMPOLA	1.600			
09	MIDAZOLAN 15 MG AMPOLA COM 3 ML	AMPOLA	1.000			
10	MORFINA 1,0 MG/ML	AMPOLA	1.500			
11	MORFINA 10 MG/ML	AMPOLA	1.500			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

12	PROPOFOL 10 MG/ML	AMPOLA	1.500			
13	PROPOFOL 20 MG/ML	AMPOLA	1.500			
14	TRAMADOL, CLORIDRATO DE 100 MG/2ML	AMPOLA	2.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 18						

LOTES 19 – INJETÁVEIS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ACICLOVIR 250MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	300			
02	ACIDO EPSILON AMINOCARPROICO 200MG/ML (IPSILON)	AMPOLA	1.000			
03	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/5ML INJETÁVEL (TRANSAMIN)	AMPOLA	1.000			
04	ACIDO TRENEXÂMICO 50MG/ML	AMPOLA	1.300			
05	ADRENALINA 1 MG/ML INJ	AMPOLA	1.000			
06	ALPROSTADIL 20MCG/ML 1ML INJ (CAVERJECT)	AMPOLA	500			
07	AMICACINA SULF 50MG/ML 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
08	AMINOFILINA INJETÁVEL 24MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
09	AMIODARONA 50 MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
10	AMPICILINA SODICA 1G INJ IM/IV	AMPOLA	1.000			
11	AMPICILINA SODICA 500MG INJ IM/IV	AMPOLA	1.000			
12	ANFOTERICINA B 50MG 10ML INJ (ANFORICIN)	AMPOLA	1.000			
13	ATRACURIO, MALEATO 10MG/ML AMPOLA COM 2,5 ( BESITRAC)	AMPOLA	1.000			
14	ATROPINA 0,25 MG/ML INJETÁVEL COM 1 ML	AMPOLA	1.600			
15	AZITROMICINA 500MG IV INJETÁVEL	AMPOLA	500			
16	BENZILPENICILINA BENZATINA, PÓ P/ SUSP INJETÁVEL 1.200.000 UI	AMPOLA	1.000			
17	BENZILPENICILINA BENZATINA, PÓ P/ SUSP INJETÁVEL 600.000 UI	AMPOLA	1.000			
18	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI	AMPOLA	1.000			
19	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA, 300.000+ 100.000 UI SUSP INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
20	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 4MG/ML + 500MG/ML	AMPOLA	8.000			
21	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA INJ 4MG/500MG/5ML	AMPOLA	2.000			
22	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML	AMPOLA	4.000			
23	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
24	CEFACLOR 250MG/ML	AMPOLA	1.500			
25	CEFALOTINA SÓDICA 1G PÓ INJETÁVEL IM/IV	AMPOLA	1.600			
26	CEFTRIAXONA 1G	AMPOLA	2.500			
27	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	AMPOLA	1.200			
28	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL IV	AMPOLA	1.200			
29	CEFUROXIMA 750MG INJ	AMPOLA	400			
30	CETOPROFENO (PROFENID) INJETÁVEL 100MG	FRASCO	6.000			
31	CETOPROFENO 50MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	6.000			
32	CETOPROFENO 50MG/ML INJETÁVEL EV	AMPOLA	2.000			
33	CETOPROFENO 50MG/ML INJETÁVEL IM	AMPOLA	2.000			
34	CIMETIDINA INJ 150MG/ML	AMPOLA	1.000			
35	CIPROFLOXACINO 2MG/ML 200ML - BOLSA	BOLSA	2.000			
36	CISATRACURIO 2MG/ML 5ML INJ (CIS)	AMPOLA	500			
37	CISATRACURIO 2MG/ML 5ML INJ (CIS)	AMPOLA	500			
38	CLINDAMICINA 600MG/4ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
39	CLORAFENICOL 1G FRASCO AMPOLA INJETAVEL	AMPOLA	1.000			
40	CLORETO DESUXAMETÔNIO 100MG	AMPOLA	500			
41	COMPLEXO B INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
42	DESLANOSÍDEO SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,2MG/ML	AMPOLA	1.000			
43	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO 4MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.600			
44	DICLOFENACO SODICO INJETÁVEL 75MG/ML	AMPOLA	2.000			
45	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA+GLICOSE+FRUTOSE 10ML IV INJ (DRAMIN B6 DL)	AMPOLA	1.000			
46	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.600			
47	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
48	DOBUTAMINA, CLORIDRATO DE, 12,5 MG/ML – INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
49	DOPAMINA, CLORIDRATO DE, 5 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
50	DRAMIN B6 - INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
51	ENANTATO DE NORETISTERONA +VALERATO DE ESTRADIOL 50+5 MG/ML	AMPOLA	5.000			
52	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG/0,2 ML	AMPOLA	1.000			
53	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,8 ML	AMPOLA	1.000			
54	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG/0,6 ML	AMPOLA	1.000			
55	ENOXAPARINA SÓDICA 80 MG/0,8 ML	AMPOLA	1.000			
56	EPINEFRINA 1MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1.000			





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 / 2157

57	ERGOTRATE 0,2 MG/ML INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
58	ETILEFRINA, CLORIDRATO DE, 10MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMPOLA	2.000			
59	FITOFENADIONA (VIT K)	AMPOLA	1.000			
60	FUROSEMIDA 10 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
61	FUROSEMIDA 10 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
62	GENTAMICINA 10MG/ML INJ	AMPOLA	1.000			
63	GENTAMICINA 20MG/ML INJ	AMPOLA	1.000			
64	GENTAMICINA 40MG/ML INJ	AMPOLA	1.000			
65	GENTAMICINA 80MG/ML INJ	AMPOLA	1.000			
66	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML	AMPOLA	1.000			
67	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25 ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
68	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO DE, 100MG – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
69	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO DE, 500MG – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
70	IMUNOGLOBULINA ANTI-RH (D) 300 MCG	AMPOLA	300			
71	INIBINA 10MG/2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	300			
72	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML 100 ML BOLSA	BOLSA	1.000			
73	LIDOCAÍNA INJETÁVEL 2% 5ML (SEM VASO)	AMPOLA	1.000			
74	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 1%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
75	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
76	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO+ HEMIOTARTARATO DE EPINEFRINA (2% + 1.200.000)	AMPOLA	1.000			
77	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO DE, 150 MG/ML	AMPOLA	1.000			
78	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO DE SÓDIO 500 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	200			
79	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
80	METOPROLOL, TARTARATO 5 MG/5 ML, INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
81	METRONIDAZOL 0,5% 100 MG INJ SF	FRASCO	1.000			
82	NEOCAÍNA (CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA) + GLICOSE 5 MG/ML+ 80MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL AMOPLA COM 4 ML	AMPOLA	1.000			
83	NEOCAÍNA (CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA) 5 MG/ML FRASCO AMOPLA COM 20 ML - (SEM VASO)	AMPOLA	1.000			
84	NEOCAÍNA (CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA) 5 MG/ML FRASCO AMOPLA COM 20 ML - (COM VASO)	AMPOLA	500			
85	NITROGLICERINA 50 mg/10 mL	AMPOLA	200			
86	NITROPRUSSATO DE SÓDIO 50MG + DILUENTE	AMPOLA	300			
87	NOREPINEFRINA, HENITARTARATO DE, 2MG/ML SOL. INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
88	OCITOCINA INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
89	OMEPRAZOL 40 MG, INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AMPOLA	5.000			
90	ONDANSTERONA, CLORIDRATO 2MG/ML	AMPOLA	1000			
91	OXACILINA SÓDICA 500MG PO INJ IM/IV	AMPOLA	5000			
92	PANCURÔNIO, BROMETO DE 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	500			
93	PENTOXIFILINA INJETÁVEL 20MG/ML, AMP 5 ML	AMPOLA	500			
94	PETIDINA, CLORIDRATO 100MG	AMPOLA	1.000			
95	PIRACETAM 20 MG/ML, 5 ML	AMPOLA	500			
96	PROMETAZINA, CLORIDRATO DE, 25MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
97	SALBUTAMOL, SULFATO DE 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
98	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRICO ( NORIPURUMEV) 20 MG/ ML AMPOLA COM 5 ML	AMPOLA	500			
99	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETOPRIMA 4 MG + 8MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	1.000			
100	TENOXICAM 40 MG + DILUENTE - INJETÁVEL	AMPOLA	1000			
101	TERBUTALINA 0,5 MG/1 ML, INJETÁVEL	AMPOLA	200			
102	VANCOMICINA 1G IV INJ (VANCOCINA)	AMPOLA	200			
103	VANCOMICINA 500MG IV INJ	AMPOLA	200			
104	VECURONIO, BROMETO DE 4MG/ML INJ	AMPOLA	100			
105	VITAMINA C, 500 MG/5ML, INJETÁVEL	AMPOLA	2.000			
VALOR GLOBAL DO LOTE 19						

**LOTES 20 – SOLUÇÕES PARENTERAIS E AFINS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ÁGUA DESTILADA 5L	GALÃO	500			
02	ÁGUA OXENADA VOL10 100ML	UNIDADE	300			
03	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	FLACONETE	4.000			
04	ÁGUA PARA INJEÇÃO 5 ML	FLACONETE	3.000			
05	ALCOOL 70° 1 L (CX. C 12L)	CAIXA	1.000			
06	ALCOOL ABSOLUTO (CX. C 12L)	CAIXA	1.000			
07	ALCOOL EM GEL 70° 500 ML	FRASCO	1.000			
08	ALCOOL IODADO 1L (CX. C 12L)	CAIXA	1.000			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

09	BICARBONATO DE SÓDIO 1mEq/ml 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL	FLACONETE	1.000			
10	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
11	CLORETO DE POTASSIO 15% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
12	CLORETO DE POTASSIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
13	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (0,154 mEq/ml) SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
14	CLORETO DE SÓDIO 20% (3,4 mEq/ml) SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
15	CLORETO DE SÓDIO 10% (3,4 mEq/ml) SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
16	ETER 1L	UNIDADE	200			
17	FORMOL 10% 1L	UNIDADE	250			
18	FORMOL 37% - GALÃO 5L	UNIDADE	50			
19	GEL DE CONTATO P/ ULTRASSONOGRAFIA GALÃO C/ 5 LT	GALÃO	300			
20	GLICONATO DE CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE	FRASCO	500			
21	GLICONATO DE CLOREXIDINA 4% SOLUÇÃO DEGERMANTE	FRASCO	500			
22	GLICOSE 250MG/ML 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
23	GLICOSE 500MG/ML 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	FLACONETE	1.000			
24	GLUTARALDEÍDO 2% (GALÃO C/5 LT)	GALÃO	30			
25	HIPOCLORITO A 1% (GALÃO C/5 LT)	GALÃO	100			
26	IODOPOLIVIDONA 10% SOL. AQUOSA	UNIDADE	1.000			
27	IODOPOLIVIDONA 10% SOL. DEGERMANTE	UNIDADE	1.000			
28	MANITOL 20% 250 ML	UNIDADE	500			
29	REMOVEDOR A BASE DE ACETONA 1L	LITRO	100			
30	SOLUÇÃO DE GLICERINA 500ML	UNIDADE	500			
31	SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA 5% - 500ML(EV)	FRASCO	4.000			
32	SOLUÇÃO GLICOSADA 10% - 500ML	FRASCO	1.000			
33	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% - 100ML	FRASCO	3.000			
34	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% - 250ML	FRASCO	3.000			
35	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% - 500ML	FRASCO	3.000			
36	SOLUÇÃO RINGER + LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML	FRASCO	3.000			
37	SOLUÇÃO RINGER + LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 ML	FRASCO	3.000			
38	SOLUÇÃO RINGER + LACTATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 L	FRASCO	3.000			
39	SORO FISIOLÓGICO 100ML (EV)	FRASCO	6.000			
40	SORO FISIOLÓGICO 250ML (EV)	FRASCO	5.000			
41	SORO FISIOLÓGICO 500ML (EV)	FRASCO	8.000			
42	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% 100 MG/ML 10ML	FLACONETE	1.000			
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE 20</b>						

**LOTES 21- MATERIAIS E CORRELATOS HOSPITAL E ATENÇÃO BÁSICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	ABAIXADOR DE LINGUA (PCT C/ 100)	PACOTE	500			
02	ABSORVENTE PÓS PARTO (PCT C/20)	PACOTE	1.000			
03	AGULHA 13 X 4,5 (CX C/100)	CAIXA	800			
04	AGULHA 13 X 3 (CX C/100)	CAIXA	80			
05	AGULHA 20 X 5,5 CX	CAIXA	800			
06	AGULHA 25 X 07 CX	CAIXA	800			
07	AGULHA 25 X 08 CX	CAIXA	600			
08	AGULHA 30 X 07 CX	CAIXA	600			
09	AGULHA 30 X 08 CX	CAIXA	600			
10	AGULHA 40 X 12 (CX C/100)	CAIXA	600			
11	AGULHA PARA ANESTESIA ESPINHAL RAQUIDIANA – 22 G (CX C/25)	CAIXA	100			
12	AGULHA PARA ANESTESIA ESPINHAL RAQUIDIANA – 25 G (CX C/25)	CAIXA	100			
13	AGULHA PARA ANESTESIA ESPINHAL RAQUIDIANA – 27 G (CX C/25)	CAIXA	100			
14	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G	UNIDADE	2.000			
15	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10CM (PCT COM 12)	PACOTE	600			
16	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM (PCT COM 12)	PACOTE	600			
17	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM (PCT COM 12)	PACOTE	600			
18	ALMOTOLIA 500 ML TRANSPARENTES	UNIDADE	500			
19	ALMOTOLIA 250 ML TRANSPARENTES	UNIDADE	500			
20	AMBU EM SILICONE COM RESERVATÓRIO – ADULTO BALÃO EM SILICONE TRANSLÚCIDO AUTOCLAVÁVEL (ADULTO 1600ML); MÁSCARA FACIAL EM SILICONE; VÁLVULA UNIDIRECIONAL (BICO DE PATO); RESERVATÓRIO NÃO AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	5			
21	AMBU EM SILICONE COM RESERVATÓRIO – INFANTIL REANIMADOR MANUAL EM SILICONE COM RESERVATÓRIO TAMANHO INFANTIL 500 ML. VOLUME DO BALÃO 500 ML; VOLUME DO	UNIDADE	5			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

	RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO 700 ML; MASCARA NÚMERO 2; ESPAÇO MORTO 10 ML.					
22	AMBU EM SILICONE COM RESERVATÓRIO – NEONATO CONECTOR GIRATÓRIO DE 360 GRAUS. VÁLVULA INTEGRADA DE ADMISSÃO E RESERVATÓRIO. TODO O CONJUNTO CONSISTE EM UMA MÁSCARA FACIAL, UM TUBO DE OXIGÊNIO, UMA VÁLVULA PEEP, UMA VÁLVULA DE ENTRADA E UMA BOLSA RESERVATÓRIO.	UNIDADE	5			
23	APARELHO PARA TRICOTOMIA DESCARTAVÉ COM DUAS LÂMINAS	UNIDADE	300			
24	ATADURA CREPOM 10 CM (PCT COM 12)	PACOTE	2.000			
25	ATADURA CREPOM 15 CM (PCT COM 12)	PACOTE	2.000			
26	ATADURA CREPOM 20 CM (PCT COM 12)	PACOTE	2.000			
27	ATADURA GESSADA 10X3 CM (CAIXA COM 20)	CAIXA	1500			
28	ATADURA GESSADA 15X3 CM (CAIXA COM 20)	CAIXA	1500			
29	ATADURA GESSADA 20X4 CM (CAIXA COM 20)	CAIXA	1000			
30	AVENTAL MANGA LONGA TNT PCT	PACOTE	10.000			
31	BOLSA COLETORA URINA SISTEMA FECHADO 2 LT	UNIDADE	1.000			
32	BOLSA COLETORA URINA	PACOTE	1.000			
33	BOLSA COLETA DE SANGUE 500ML	UNIDADE	100			
34	BOLSA PARA COMPRESSA DE ÁGUA QUENTE – EMBORRACHADA – 2 LT	UNIDADE	50			
35	BORRACHA DE LÁTEX PARA GARROTE	UNIDADE	200			
36	BORRACHA MEDICONE TRANSPARENTE P/ASPIRADOR	UNIDADE	200			
37	BORRIFADOR SPRAY 500 ML	UNIDADE	200			
38	BOTA DE UNNA 10,2X9,14	UNIDADE	50			
39	BULBO DE BORRACHA Nº 08	UNIDADE	100			
40	BULBO DE BORRACHA Nº 06	UNIDADE	100			
41	BULBO DE BORRACHA Nº 04	UNIDADE	100			
42	CAIXA DE PERFURO CORTANTE 20 L	UNIDADE	1.000			
43	CAIXA PERFURO CORTANTE 13L	UNIDADE	1.000			
44	CAIXA PERFURO CORTANTE 7L	UNIDADE	1.000			
45	CATETER TIPO ÓCULO	UNIDADE	3.000			
46	CATETER CVC MONO LÚMEN 14GA X 20 CM	KIT	25			
47	CATETER CVC MONO LÚMEN 16GA X 20 CM	KIT	25			
48	CATETER CVC MONO LÚMEN 18GA X 20 CM	KIT	25			
49	CATETER EPIDURAL Nº 18G 1 UNID	UNIDADE	25			
50	CATETER EPIDURAL Nº 20G 1 UNID	UNIDADE	25			
51	CATGUT CROMADO 0.0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	15			
52	CATGUT SIMPLES 0.0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	15			
53	CATGUT CROMADO 1.0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	30			
54	CATGUT SIMPLES 1.0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	15			
55	CATGUT CROMADO 2.0 C/ AGULHA 0,5 GINECO/OBSTETRICIA (CX COM 24)	CAIXA	60			
56	CATGUT CROMADO 2.0 C/ AGULHA 0,5 APARELHO DIGESTIVO (CX COM 24)	CAIXA	15			
57	CATGUT SIMPLES 2-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	10			
58	CATGUT CROMADO 3-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	15			
59	CATGUT SIMPLES 3-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	10			
60	CATGUT CROMADO 4-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	30			
61	CATGUT CROMADO 5-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	10			
62	CATGUT SIMPLES 4-0 C/ AGULHA 0,5 (CX COM 24)	CAIXA	15			
63	CLAMP UMBILICAL	UNIDADE	400			
64	COLAR CERVICAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. DESCARTÁVEL. NOS TAMANHOS PP, P, M E G, PERMITINDO SELECIONAR O TAMANHO IDEAL PARA CADA PACIENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE	UNIDADE	15			
65	CONJUNTOS DE CÂNULA DE GUEDEL KIT COM SEIS CÂNULAS DE GUEDEL: Nº0 (45MM), Nº1 (55MM), Nº2 (65MM), Nº3 (70MM), Nº4 (100MM) E Nº5 (110MM). FORMATO ANATÔMICO, MAIS CONFORTÁVEL; EXTREMIDADES ARREDONDADAS PARA EVITAR LESÕES. COMPOSIÇÃO: POLICLORETO DE VINILA (PVC) E INSERTO EM POLIPROPILENO PP)	UNIDADE	10			
66	COLAR CERVICAL DE ESPUMA G	UNIDADE	20			
67	COLAR CERVICAL DE ESPUMA M	UNIDADE	20			
68	COLAR CERVICAL DE ESPUMA P	UNIDADE	20			
69	COLAR CERVICAL PARA RESGATE – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 2MM G	UNIDADE	20			
70	COLAR CERVICAL PARA RESGATE – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 2MM M	UNIDADE	20			
71	COLAR CERVICAL PARA RESGATE – POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 2MM P	UNIDADE	20			
72	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	UNIDADE	300			
73	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO	UNIDADE	300			
74	COLETOR DE URINA MASCULINO – PAPAGAIO INOX	UNIDADE	40			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

75	COLETOR DE URINA MASCULINO – PAPAGAIO PLÁSTICO	UNIDADE	30			
76	COLETOR DE URINA TIPO SACO C/ CORDÃO 2.000ML	UNIDADE	300			
77	COLETOR DE URINA UNIVERSAL	UNIDADE	5.000			
78	COMADRE INOX	UNIDADE	20			
79	COMADRE PLÁSTICA – POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO -2 L	UNIDADE	20			
80	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 NÃO ESTÉRIL PCT C/500	PACOTE	10.000			
81	COMPRESSA CIRÚRGICA 23X25 PCT C/50	PACOTE	2.000			
82	COMPRESSA CIRÚRGICA 45X50 PCT C/50	PACOTE	2.000			
83	CUBA INOX ASSEPSIA CLÍNICA Nº 10 CM	UNIDADE	10			
84	CUBA INOX ASSEPSIA CLÍNICA Nº 14 CM	UNIDADE	10			
85	CUBA INOX ASSEPSIA CLÍNICA Nº 13 CM	UNIDADE	10			
86	CUBA INOX ASSEPSIA CLÍNICA Nº 8 CM	UNIDADE	10			
87	DRENO PENROUSE Nº1 C/12	UNIDADE	60			
88	DRENO PENROUSE Nº2 C/12	UNIDADE	60			
89	DRENO PENROUSE Nº3 C/12	UNIDADE	60			
90	DRENO PENROUSE Nº4 C/12	UNIDADE	60			
91	DRENO SUÇÃO 400 ML Nº3.2	UNIDADE	60			
92	DRENO SUÇÃO 400 ML Nº4.8	UNIDADE	60			
93	DRENO SUÇÃO 400 ML Nº6.4	UNIDADE	60			
94	DISPOSITIVO INTRA UTERINO D.I.U	UNIDADE	500			
95	EXTENSOR DE CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO 2 M	UNIDADE	10			
96	ELETRODO DESCARTÁVEL COM ADESIVO (PCT C/ 50)	PACOTE	200			
97	EQUIPO BURETA	UNIDADE	100			
98	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO C/ INJETOR LATERAL	UNIDADE	100			
99	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO C/ INJETOR LATERAL, FOTOSENSÍVEL	UNIDADE	100			
100	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	UNIDADE	100			
101	EQUIPO MACRO GOTAS	UNIDADE	5.000			
102	EQUIPO MACRO GOTAS C/ INJETOR LATERAL C/ SUSPIRO	UNIDADE	200			
103	EQUIPO MICRO GOTAS C/ INJETOR LATERAL C/ SUSPIRO	UNIDADE	200			
104	EQUIPO MICROGOTAS	UNIDADE	5.000			
105	ESCOVA CERVICAL PCT C/100	PACOTE	600			
106	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10X4,5 (CX C/24)	CAIXA	2.000			
107	ESPARADRAPO MICROPORE 10X4,50 (CX C/24)	CAIXA	2.000			
108	ESPÁTULA DE AYRE C/100	PACOTE	500			
109	FIO DE NYLON 0-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	250			
110	FIO DE NYLON 2-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	250			
111	FIO DE NYLON 3-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	260			
112	FIO DE NYLON 4-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	250			
113	FIO DE NYLON 5-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	250			
114	FIO DE NYLON 6-0 C/ AGULHA DE 0,5 CM (CX C/24 UN)	CAIXA	250			
115	FIO SUTURA LINHO BR 0.0 (CX COM 24 UM)	CAIXA	20			
116	FIO SUTURA LINHO BR 1.0 (CX COM 24 UM)	CAIXA	20			
117	FIO SUTURA LINHO BR 2.0 (CX COM 24 UM)	CAIXA	20			
118	FITA CREPE HOSPITALAR COMUM	UNIDADE	2.000			
119	FITA CREPE DE AUTOCLAVE	UNIDADE	2.000			
120	FITA METRICA	UNIDADE	18			
121	FLUXÔMETRO PARA OXIGENIO - TEM COMO FUNÇÃO REDUZIR UMA PRESSÃO DE ENTRADA, VARIÁVEL E ALTA, PARA UMA PRESSÃO DE SAÍDA BAIXA E CONSTANTE, O FLUXÔMETRO CONTROLA E INDICA O FLUXO DOS GASES. HÁ UM REGULADOR DE PRESSÃO COM FLUXÔMETRO ESPECÍFICO PARA CADA TIPO DE GÁS. REGISTRO ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA).	UNIDADE	200			
122	FRALDA DESCARTÁVEL PEDIÁTRICA P	PACOTE	1.000			
123	FRALDA DESCARTÁVEL PEDIÁTRICA M	PACOTE	1.000			
124	FRALDA DESCARTÁVEL PEDIÁTRICA G	PACOTE	1.000			
125	FRALDA DESCARTÁVEL PEDIÁTRICA XG	PACOTE	1.000			
126	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA P	PACOTE	1.000			
127	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA M	PACOTE	1.000			
128	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA G	PACOTE	1.000			
129	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA XG	PACOTE	1.000			
130	GARROTE PARA PROCEDIMENTO DE ENFERMAGEM EM LÁTEX	UNIDADE	400			



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

131	JELCO 14 ( CX. C/100)	CAIXA	30			
132	JELCO 16 ( CX. C/100)	CAIXA	40			
133	JELCO 18 ( CX. C/100)	CAIXA	200			
134	JELCO 20 ( CX. C/100)	CAIXA	200			
135	JELCO 22( CX. C/100)	CAIXA	200			
136	JELCO 24( CX. C/100)	CAIXA	250			
137	LÂMINA FOSCA PARA PREVENTIVO (CX.C/50)	CAIXA	300			
138	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11 ( CX. C/100)	CAIXA	5			
139	LÂMINA PARA BISTURI Nº 15 ( CX. C/100)	CAIXA	20			
140	LÂMINA PARA BISTURI Nº 22 ( CX. C/100)	CAIXA	5			
141	LÂMINA PARA BISTURI Nº 20 ( CX. C/100)	CAIXA	40			
142	LÂMINA PARA BISTURI Nº 22 ( CX. C/100)	CAIXA	40			
143	LÂMINA PARA BISTURI Nº 24 ( CX. C/100)	CAIXA	40			
144	LANCETAS DESCARTÁVEL P PUNÇÃO CAPILAR CX 100 UNIDADES	UNIDADE	30.000			
145	LENÇOL DESCARTÁVEL PCT C/10	UNIDADE	5.000			
146	LENÇOL DE PAPEL 70X50 ROLO	UNIDADE	3.000			
147	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA Nº 7	UNIDADE	5.000			
148	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA Nº 7,5	UNIDADE	5.000			
149	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA Nº 8	UNIDADE	5.000			
150	LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA Nº 8,5	UNIDADE	5.000			
151	LUVA DE PROCEDIMENTO G CX C/ 100 UNIDADES) LÁTEX COM PÓ	CAIXA	2.000			
152	LUVA DE PROCEDIMENTO M CX C/ 100 UNIDADES) LÁTEX COM PÓ	CAIXA	2.000			
153	LUVA DE PROCEDIMENTO P CX C/ 100 UNIDADES) LÁTEX COM PÓ	CAIXA	2.000			
154	LUVA DE PROCEDIMENTO G CX C/ 100 UNIDADES) VINIL SEM PÓ	CAIXA	50			
155	LUVA DE PROCEDIMENTO M CX C/ 100 UNIDADES) VINIL SEM PÓ	CAIXA	50			
156	LUVA DE PROCEDIMENTO P CX C/ 100 UNIDADES) VINIL SEM PÓ	CAIXA	50			
157	LUVA DE PROCEDIMENTO G CX C/ 100 UNIDADES) VINIL COM PÓ	CAIXA	50			
158	LUVA DE PROCEDIMENTO M CX C/ 100 UNIDADES) VINIL COM PÓ	CAIXA	50			
159	LUVA DE PROCEDIMENTO P CX C/ 100 UNIDADES) VINIL COM PÓ	CAIXA	50			
160	MÁSCARA CIRURGIA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA ELASTICO ROLICO (CAIXA COM 50)	CAIXA	1.000			
161	MÁSCARA COM RESERVATÓRIO PARA OXIGÊNIO (HUDSON) É INDICADA PARA ADMINISTRAR OXIGÊNIO PARA PACIENTES. É INDICADO PARA CANALIZAR OS GASES PARA FINS DE ADMINISTRAÇÃO NO INTRA CORPÓREA, É USADO PARA CONECTAR A UM DISPOSITIVO MÉDICO ATIVO. REUTILIZÁVEL. REGISTRO ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA).	UNIDADE	5			
162	MÁSCARA LARÍNGEA REUTILIZÁVEL CURVAS E RETAS (Nº 1, 2, 2,5, 3, 4, 5)=A MÁSCARA LARÍNGEA REUTILIZÁVEL TEM COMO OBJETIVO, ASSEGURAR E MANTER AS VIAS AÉREAS PERMEÁVEIS EM EMERGÊNCIAS, OU DURANTE PROCEDIMENTOS ANESTÉSICOS, CIRÚRGICOS DE ROTINA, COM VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA E/OU CONTROLADA. REGISTRO ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA).	UNIDADE	5			
163	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO (ADULTO)	UNIDADE	100			
164	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO (INFANTIL)	UNIDADE	100			
165	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 4 ROLO	UNIDADE	15			
166	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 6 ROLO	UNIDADE	10			
167	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 8 ROLO	UNIDADE	10			
168	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 10 ROLO	UNIDADE	10			
169	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 15 ROLO	UNIDADE	10			
170	MALHA TUBULAR DE ALGODÃO – Nº 20 ROLO	UNIDADE	10			
171	MACACÃO LONGO, MANGA COMPRIDA REVESTIMENTO DE POLIPROPILENO	UNIDADE	1.000			
172	MÁSCARA DESCARTÁVEL N 95	UNIDADE	2.000			
173	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃO E HASTES (REGULÁVEIS) EM PLÁSTICO, VISOR TRANSPARENTE CONFECCIONADO EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBANATO COM PROTEÇÃO LATERAL E MAIOR VISÃO PERIFÉRICA, OFERECENDO MAIOR VISIBILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS	UNIDADE	50			
174	PAPEL GRAU PARA ESTERELIZAÇÃO 100 MM X100 M	BOBINA	300			
175	PAPEL GRAU PARA ESTERELIZAÇÃO 150 MM X100 M	BOBINA	250			





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

176	PAPEL GRAU PARA ESTERELIZAÇÃO 200 MM X100 M	BOBINA	200			
177	PAPEL GRAU PARA ESTERELIZAÇÃO 250 MM X100 M	BOBINA	100			
178	PAPEL GRAU PARA ESTERELIZAÇÃO 300 MM X100 M	BOBINA	100			
179	PERFURADOR DE MEMBRANA AMINIOTICA	UNIDADE	100			
180	PERMANGANATO DE POTÁSSIO	COMPRIMIDO	200			
181	POLIFIX (MULTIVIAS)	UNIDADE	1.000			
182	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 15CM	UNIDADE	50			
183	PORTA LÂMINA CITOLOGICA (PREVENTIVO)	UNIDADE	1.000			
184	PRANCHA CONFECCIONADA EM POLÍMERO EXPANDIDO DE FORMATO RETANGULAR, DOBRÁVEL, DESMONTÁVEL E LAVÁVEL, COM DIMENSÕES 170 CM. DE COMPRIMENTO X 50 CM. DE LARGURA X 2 CM. DE ALTURA, REVESTIDA POR MATERIAL TEFLONADO, DOTADA DE PONTEIRAS QUE REVESTEM AS SUAS EXTREMIDADES, COM ALÇAS PARA O TRANSPORTE E SUSTENTAÇÃO, SENDO QUE A PRANCHA EM SUA EXTENSÃO É RECOBERTA POR MATERIAL RESINADO, PERMITINDO UM DESLIZAMENTO SUAVE SOBRE A PRANCHA NUM SISTEMA ROLANTE, ISTO É, ROLA SOBRE SI MESMA, FAZENDO COM QUE A PRANCHA SE DESLOQUE NO MESMO SENTIDO EM QUE GIRA O MATERIAL RESINADO, TRANSPORTANDO O QUE ESTIVER SOBREPOSTO.	UNIDADE	4			
185	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICANTE (CAIXA COM 100)	CAIXA	100			
186	PROPÉ DESCARTÁVEL (PCT C/100 UN)	PACOTE	300			
187	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM VINIL – COR BRANCA (PCT 100 UN)	PACOTE	10			
188	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM VINIL – COR ROSA (PCT 100 UN)	PACOTE	10			
189	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM VINIL – COR AZUL (PCT 100 UN)	PACOTE	10			
190	SCALP Nº19 ( CX. C/100)	CAIXA	500			
191	SCALP Nº21 ( CX. C/100)	CAIXA	500			
192	SCALP Nº23 ( CX. C/100)	CAIXA	500			
193	SCALP Nº25 ( CX. C/100)	CAIXA	500			
194	SERINGA 20 ML C/AGULHA	UNIDADE	15.000			
195	SERINGA 20 ML S/AGULHA	UNIDADE	20.000			
196	SERINGA 10 ML C/ AGULHA	UNIDADE	20.000			
197	SERINGA 10 ML S/ AGULHA	UNIDADE	25.000			
198	SERINGA 5 ML S/AGULHA	UNIDADE	25.000			
199	SERINGA 5 ML C/AGULHA	UNIDADE	20.000			
200	SERINGA 3 ML S/ AGULHA	UNIDADE	20.000			
201	SERINGA 3 ML C/ AGULHA	UNIDADE	20.000			
202	SERINGA 1 ML C/ AGULHA	UNIDADE	20.000			
203	SERINGA 60 ML	UNIDADE	3.000			
204	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 04	UNIDADE	50			
205	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 06	UNIDADE	50			
206	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 08	UNIDADE	60			
207	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 10	UNIDADE	50			
208	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 12	UNIDADE	50			
209	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 14	UNIDADE	50			
210	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 16	UNIDADE	50			
211	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUIAL Nº 18	UNIDADE	50			
212	SONDA FOLEY 12	UNIDADE	30			
213	SONDA FOLEY 14	UNIDADE	30			
214	SONDA FOLEY 16	UNIDADE	40			
215	SONDA FOLEY 18	UNIDADE	40			
216	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 04	UNIDADE	50			
217	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 06	UNIDADE	50			
218	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 08	UNIDADE	50			
219	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 10	UNIDADE	50			
220	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 12	UNIDADE	50			
221	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 14	UNIDADE	50			
222	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 16	UNIDADE	50			
223	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 18	UNIDADE	50			
224	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 20	UNIDADE	50			
225	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 22	UNIDADE	50			
226	SONDA NASOGRASTRICA CURTA Nº 24	UNIDADE	50			
227	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 04	UNIDADE	50			
228	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 06	UNIDADE	50			
229	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 08	UNIDADE	50			
230	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 10	UNIDADE	50			
231	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 12	UNIDADE	50			
232	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 14	UNIDADE	50			
233	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 16	UNIDADE	50			
234	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 18	UNIDADE	50			



ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

235	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 20	UNIDADE	50			
236	SONDA NASOGRASTRICA LONGA Nº 22	UNIDADE	50			
237	SONDA NASOGRASTRICA LONGA EM SILICONE	UNIDADE	20			
238	SONDA URETRAL DE ALIVIO 04	UNIDADE	50			
239	SONDA URETRAL DE ALIVIO 06	UNIDADE	50			
240	SONDA URETRAL DE ALIVIO 08	UNIDADE	50			
241	SONDA URETRAL DE ALIVIO 10	UNIDADE	50			
242	SONDA URETRAL DE ALIVIO 12	UNIDADE	60			
243	SONDA URETRAL DE ALIVIO 14	UNIDADE	80			
244	SONDA URETRAL DE ALIVIO 16	UNIDADE	60			
245	SONDA URETRAL DE ALIVIO 18	UNIDADE	40			
246	SONDA URETRAL DE ALIVIO 20	UNIDADE	60			
247	SONDA URETRAL DE ALIVIO 22	UNIDADE	60			
248	SONDA VESICAL 12 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
249	SONDA VESICAL 14 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
250	SONDA VESICAL 14 – 3 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
251	SONDA VESICAL 16 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
252	SONDA VESICAL 16 – 3 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	40			
253	SONDA VESICAL 18 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
254	SONDA VESICAL 18 – 3 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	20			
255	SONDA VESICAL 20 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
256	SONDA VESICAL 20 – 3 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	20			
257	SONDA VESICAL 22 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
258	SONDA VESICAL 22 – 3 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	20			
259	SONDA VESICAL 24 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
260	SONDA VESICAL 8 – 2 VIAS (FOLEY)	UNIDADE	60			
261	TELA DE MARLEX 15X15	UNIDADE	50			
262	TESTE DE GRAVIDEZ / BETA HCG QUALITATIVO, INDICA OU NÃO A PRESENÇA DO HORMÔNIO GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA – HCG NA URINA.	UNIDADE	2.000			
263	TOUCA DESCARTÁVEL GRAMATURA 20G/M2 (PACOTE C/100)	PACOTE	500			
264	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº3 COM CUFF	UNIDADE	15			
265	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº3,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
266	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº4 COM CUFF	UNIDADE	15			
267	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº4,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
268	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº5 COM CUFF	UNIDADE	15			
269	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº5,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
270	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº6 COM CUFF	UNIDADE	15			
271	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº6,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
272	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº7 COM CUFF	UNIDADE	15			
273	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº7,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
274	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº8 COM CUFF	UNIDADE	15			
275	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº8,5 COM CUFF	UNIDADE	15			
276	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº9 COM CUFF	UNIDADE	15			
277	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº10 COM CUFF	UNIDADE	15			
278	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO	UNIDADE	100			
279	VICRYL 0 (CX C/24 UND)	CAIXA	10			
280	VICRYL 1 (CX C/24 UND)	CAIXA	10			
281	VICRYL 2 (CX C/24 UND)	CAIXA	10			
VALOR GLOBAL DO LOTE 21						

LOTE 22- MATERIAL DE CONSUMO HOSPITAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	AVENTAL DE CHUMBO PADRÃO PARA PROFISSIONAL, COM PROTEÇÃO NA FRENTE DE 0,50 MMPB E PROTEÇÃO NOS OMBROS DE 0,25 MM PB. ACABAMENTO EM NYLON IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	02			
02	ÓCULOS PLUMBÍFERO PROTEÇÃO FRONTAL E LATERAL – LENTES PLUMBÍFERA 0.50 MMPB	UNIDADE	02			
03	PROTETOR DE TIREÓIDE PLUMBÍFERO COM EQUIVALÊNCIA PB 0,50MM. CONFECCIONADO EM NYLON IMPERMEÁVEL	UNIDADE	02			
04	PROTETOR DE TIREÓIDE PLUMBÍFERO COM EQUIVALÊNCIA PB 0,50MM. CONFECCIONADO EM NYLON IMPERMEÁVEL	UNIDADE	02			
VALOR GLOBAL DO LOTE 22						

O custo estimado total da contratação será conforme pesquisa feita com empresas do ramo.

Para definição do quantitativo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições anteriores deste Órgão e restaram incorporados nesta contratação em



análise, bem como fora ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

### **3. DO REGIMENTO DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO**

3.1. O fornecimento contratado será realizado por execução indireta.

3.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) As entregas serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde de Mucugê, situado na Rua Dr. Heitor Chamusca, nº s/n- Bairro -Centro–Mucugê/Bahia.

B) Os horários de entrega serão: Segunda à Sexta-feira, das 9:00h às 16:00h.

c) Periodicidade do fornecimento: de acordo emissão de ordem de fornecimento.

3.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do fornecimento, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria solicitante.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no Estudo Técnico Preliminar – ETP e abrange a contratação de empresa para a fornecimento de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, necessários à continuidade da solução das necessidades nas dependências da Administração Municipal.

4.2. A contratação em tela visa dar continuidade ao fornecimento de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, que dá sustentabilidade às atividades da Administração Pública, em suas atribuições finalísticas, cabendo o prazo do fornecimento ser mediante as necessidades apresentadas pela Administração Pública, considerando o ciclo de vida útil do objeto.

### **5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

5.1 O prazo de execução será de 12 (doze) meses. Já o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso se cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 A vigência dos contratos regidos por esta lei deverá observar no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade dos créditos orçamentários, bem como, a previsão do Plano Plurianual quando ultrapassar 1 (um)



exercício financeiro, desde que atendido o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/2021, ou desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar do ano corrente. A Administração Pública poderá celebrar contratos de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de fornecimentos contínuos, desde que observado o definido no art. 106 da Lei n. 14.133/2021.

## **6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

## **7 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

7.1. A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência,

7.2. O julgamento da proposta deverá ser do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

7.2.1. Todas as despesas necessárias de qualquer natureza correlatas à laudos ou descritivos técnicos, incluindo transporte ou reposição do produto, correrão por conta da participante.

7.2.2. Quando a participante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto, as mesmas deverão ter as identificações estabelecidas pela participante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

## **8- MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **OSVALDO DOS SANTOS SOARES** dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.



8.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.6. O gestor do contrato, será a servidora **SILVANA SILVA MEDRADO** com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

8.7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.





8.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante o fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

## **9 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

10.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (DOIS)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (CINCO)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



9.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10. DO PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDICAÇÃO**

10.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 da Lei 14.133/21.

10.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/202.1

10.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

10.5.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



10.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.1.2. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **02(dois) dias**, o produto com avarias ou defeitos;



11.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.1.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

11.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **12 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

12.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13 DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação.

### **14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. O Município de Mucugê reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 65/2022.

14.3. Fica eleito o foro da Comarca de Andaraí/Ba como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Mucugê- Bahia, 15 março de 2024.

**SILVANA SILVA MEDRADO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**DECRETO Nº 026/2023**





## APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Lei nº 14.133/2021

#### 1. INTRODUÇÃO

O Estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação. (art. 6º, inc. XX da lei 14.133/2021)

O estudo técnico preliminar deve evidenciar, na forma da lei, o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos exigidos no art. 18, §1º e 2º da lei 14.133/2021.

#### 2. DO OBJETO

Constitui o objeto deste Estudo Técnico a **CONTRATAÇÃO** de empresa com finalidade de fixar as diretrizes e estabelecer os procedimentos básicos a serem observados para a instauração de processo licitatório para futura e eventual aquisição, mediante registro de preço, de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê-Bahia, em conformidade com justificativas, especificações e demais elementos adiante apresentado se de acordo com legislação vigente.

#### 3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inc. I)

A contratação pretendida justifica-se tendo em vista a necessidade da aquisição de medicamentos, material pênsl de uso hospitalar para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê-Bahia, em conformidade com justificativas, especificações e demais elementos adiante apresentado-se de acordo com legislação vigente. Considerando que de acordo com o Art. 196, da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e



ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Considerando que a Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como um de seus princípios e diretrizes a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Considerando que um dos objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS) é a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Considerando a necessidade de manter o estoque de medicamentos para fornecimento e abastecimento dos programas da Atenção Primária, Assistência Farmacêutica, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centro de Especialidade e Hospital Municipal Augusta Medrado Mattos e demais programas existentes no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Mucugê.

Considerando que os medicamentos solicitados são indispensáveis para o tratamento dos pacientes por sua própria natureza, assim como de responsabilidade legal do município o fornecimento. A presente contratação tem como objetivo viabilizar a aquisição de medicamentos, cuja obrigação de fornecimento foi imposta ao Município em face do direito à saúde, constitucionalmente assegurado, e da responsabilidade solidária entre os entes públicos de resguardar esse direito, permitindo o abastecimento das Unidades de Saúde do Município e fornecimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), em atenção ainda à RENAME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais e Protocolo Municipal instituído.

Faz-se necessário a realização de um novo processo licitatório visado trazer um melhor acolhimento, atendimento e assistência aos pacientes, dentro da lógica de construção da rede de assistência. Articulando-se com a atenção primária, atenção ambulatorial especializada e com a rede hospitalar, garantindo assistência adequada contínua integral e humanizada aos pacientes.



A nova lei de licitação destaca ainda que no processo licitatório “os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico”. (art. 12, VI da Lei nº 14.133/2021)

#### **4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO** (art. 18, §1º, inc. II)

O objeto desta contratação está alinhado com os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Plano Anual de contratações da Secretaria Municipal de Saúde de Mucugê para exercício 2024.

Os recursos necessários para assegurar a despesa se encontram previstos no orçamento anual do Município

#### **5. RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 18, §1º, inc. IX)

Dentre os resultados que se espera alcançar, destacam-se:

5.1. Pretende-se contratar o objeto descritos acima, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências que serão descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de medicamento e insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos nas Unidades de Saúde:

- ✓ HAMM (HOSPITAL AUGUSTA MEDRADO MATOS);
- ✓ UBS SEDE I (ZONA URBANA);
- ✓ UBS SEDE II (ZONA URBANA);
- ✓ UBS FAZENDA IBIQUARA (ZONA RURAL);
- ✓ UBS PAIOL (ZONA RURAL);
- ✓ UBS GUINÉ (ZONA RURAL);
- ✓ UBS JOÃO CORREIA (ZONA RURAL);
- ✓ 16 UNIDADES SATELITES DE SAÚDE – (ZONA RURAL);
- ✓ CENTRO DE ATENÇÃO PSCOSSOCIAL – (ZONA URBANA);
- ✓ FARMACIA BASICA (ZONA URBANA);



---

✓ PS SÃO BENEDITO (ZONA RURAL);

5.2.2. Ademais, a contratação atenderá às demandas solicitadas dos servidores, terceirizados e estagiários que necessitam fazer ações medicamentosas para alívio de seus sintomas e realização de diversos procedimentos em condições ideais de biossegurança (evitando contaminações), possibilitando assim, a continuidade de suas tarefas.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 18, §1º, inc. III)

**6.1.** São condições indispensáveis para a contratação que ela atenda às necessidades da Secretaria de Saúde, incluindo padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

**6.2.** Assim, busca-se a contratação de empresa para fornecimento de **medicamentos** e **materiais pênsl**, de uso hospitalar, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê.

**6.3.** Sobre a documentação de **HABILITAÇÃO** a ser exigida na licitação deverão ser observadas e exigidos os documentos usualmente previstos na legislação, especialmente no que se refere à **habilitação jurídica** e pertinência do objeto e atividades desenvolvidas pela empresa; habilitação econômica financeira; regularidade fiscal e trabalhista; bem como a qualificação técnica usual através da qual o licitante demonstre, na forma da lei, possuir experiência anterior na execução de serviço semelhante compatível com o objeto da contratação.

**6.4.** Com relação a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será necessário apresentar, além de ser observado que:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do Proponente (válida somente se expedida dentro de 30 (trinta) dias antes da sessão inaugural, caso não tenha validade expressa);

b) Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, considerando forma e calendários legais, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data



da apresentação da proposta, vedada à substituição por balancetes ou Balanço Provisório. O licitante apresentará, conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador habilitado, com comprovação através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional (CRP), perante o C.R.C (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Dirigente/Sócio, qualificados;

b.1) No caso de Sociedade Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial;

b.2) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência, devem cumprir a exigência contida no subitem “b”, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado;

b.3) Serão considerados “na forma da lei”, a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, expedidos pelo SPED, pelas empresas obrigadas ou optantes da ECD – Escrituração Contábil Digital;

c) No caso de Microempreendedor Individual (MEI) será exigido a Declaração Anual do Simples Nacional.

d) Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal;

e) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

e.1) ILG = Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1, calculado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

e.2) ILC = Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00, calculado pela seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{LC}$$
, onde:





---

PC

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE.

e.3) IEG = Índice de Endividamento Geral, menor ou igual a 0,35, calculado pela seguinte formula:

IEG =  $\frac{PC + ELP}{AT}$ , onde:

AT

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL.

e.4) Os índices de que trata os subitens acima serão calculados pelo responsável da contabilidade, devendo conter a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade no documento de apresentação dos cálculos, preferencialmente assinada pelo seu representante legal ou responsável de contabilidade.

e.5) Se a informação do memorial de cálculo não conferir com os elementos constantes no Balanço Patrimonial, o licitante será inabilitado, independente da adoção das medidas legais cabíveis.

e.6) O balanço referente ao último exercício encerrado deve estar acompanhado da publicação em Diário Oficial deste quando se tratar de Sociedade Anônima.

e.7) Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso ser apresentada a respectiva memória de cálculo.

e.8) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Prefeitura Municipal de Mucugê se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes



e.9) O licitante deverá comprovar, além dos índices acima, que possui capital Social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

e.10) Declaração firmada pelo contador da Licitante em papel timbrado deste, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo especificados, foram extraídos do balanço do último exercício social já exigível;

e.11) Justificativa dos Índices Contábeis:

e.11.1) O Balanço Patrimonial retrata a situação econômico-financeira de uma empresa em data definida no seu instrumento contratual, é composto pelo Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido;

e.11.2) O Ativo é inerente às aplicações dos Bens e Direitos da entidade Contábil. O Passivo e o Patrimônio Líquido representam as obrigações, ou seja, as origens dos recursos de terceiros e próprios da sociedade empresária;

e.11.3) Na análise da situação patrimonial de uma empresa, sabe-se que os grupos de contas estão dispostos obedecendo às duas regras básicas:

e.11.3.1) no Ativo os direitos e os bens estão em grau decrescente de sua liquidez (convertibilidade mais imediata em dinheiro, conforme o curto, médio ou longo prazo);

e.11.3.2) no Passivo as obrigações são pagas na ordem crescente dos vencimentos (pagamento mais rápido = curto prazo);

e.11.3.3) Os índices ou quocientes servem de meio para se avaliarem situações relacionadas com a vida da empresa como liquidez, rentabilidade, lucratividade, capacidade de pagamento, ciclo operacional etc, fornecendo subsídios embasados no passado, mas tendo como meta prever o futuro de uma empresa, já que o estado não pode se atirar em negócios arriscados e aleatórios.

e.11.3.4) O índice de liquidez geral serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de curto e longo prazo (Ativo Circulante e Realizável de Longo Prazo) do empreendimento. Indica que, para cada real de dívidas totais com terceiros (Passivo Circulante + Exigível de Longo Prazo), a empresa dispõe de mais de R\$ 1,00 de bens e direitos de curto e longo prazo para pagar, ou seja, se negociar os bens e



direitos de curto e longo prazo, para cada R\$ 1,00 que receber se contrapõe R\$ 1,00 com sobra;

e.11.3.5) O índice de liquidez corrente relaciona de quantos reais dispomos imediatamente e conversíveis em dinheiro, com relação à dívida de curto prazo (Ativo Circulante). Assegura que, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de curto prazo (Passivo Circulante) a empresa dispõe de pelo menos mais de R\$ 1,00 (um real) de bens e direitos de curto prazo para pagar, ou se a empresa negociar todo o seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 que receber paga R\$ 1,00 com sobra;

e.11.3.6) O Índice de Endividamento Geral serve para analisar o nível de dívidas e saúde financeira de uma empresa. Ele é calculado somando o PC = PASSIVO CIRCULANTE com o ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, dividido pelo AT = ATIVO TOTAL.

e.11.3.7) Considerando-se a magnitude do objeto licitado e o prazo exigido para sua execução e conclusão, os índices escolhidos, demonstram atender, dentro dos limites dos dispositivos já mencionados da Lei de Licitações, a análise da capacidade financeira da licitante;

e.11.3.8) Conclui-se, portanto, que pela análise dos índices de liquidez propostos pode-se constatar que a empresa tem condições de realizar os pagamentos de suas obrigações, cuja capacidade de pagamento de curto prazo tenderá a ser sensivelmente melhor do que a de longo prazo, isto pode ser evidenciado pela análise dos índices de liquidez corrente e geral, que quanto maiores melhores.

**6.5.** Os produtos deverão ter, **OBRIGATORIAMENTE**, suas especificações descritas na embalagem, no idioma corrente do país (português), sob pena de desclassificação tais como. Para cumprimento disso será necessária a descrição completa e detalhada do produto, marca, referências dentro das normas de controle de qualidade do INMETRO ou da ANVISA (quando for o caso); prazo de validade do produto, embalagem lacrada que comprove a não violação do produto, tampouco, seu uso anterior por outrem.

## **7. LEVANTAMENTO DA DEMANDA** (art. 18, §1º, inc. IV)

7.1. A quantidade de cada item foi estabelecida de acordo com a necessidade de cada unidade solicitante para permanecer em funcionamento.



## **8. SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO** (art. 18, §1º, inc. V)

8.1. Trata-se de itens usuais de mercado, sendo de ampla oferta, o que demanda a contratação de empresa especializada e registrada em órgãos fiscalizadores para fornecimento de medicamentos, não existindo outra forma de aquisição dos produtos pretendido que não seja por licitação.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 A estimativa do valor da contratação é realizada com base nos preços praticados no mercado, através de pesquisa direta com fornecedores e publicação de aviso de sítio eletrônico.

## **10. ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA** (art. 18, §1º, inc. VII)

10.1. Após a análise da necessidade do Município de soluções existentes no mercado para a aquisição de medicamentos e pênssil de uso hospitalar declara viável esta contratação identifica-se que a melhor solução para o Município é contratação de empresa especializada no ramo, com remuneração por **preço fixo e global**, com base nos argumentos constantes no item anterior desse estudo.

Além disso, todos os requisitos para a contratação encontram-se devidamente destacados no Item 7 deste estudo nesse estudo.

## **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** (art. 18, §1º, inc. VIII)

11.1 Pretende-se aqui que a contratação seja realizada por lotes, tendo em vista que a adjudicação assim permitirá um melhor aproveitamento das empresas existentes no mercado, sem prejudicar a competitividade do certame e a perda da economia de escala.

11.2 Adicionalmente, desacata-se que ao realizar a adjudicação por lote é possível propiciar maior celeridade na entrega com ampla participação de licitantes para a execução, fornecimento e aquisição da totalidade do objeto, como também, de acordo com as demandas das unidades englobadas neste ETP.

**11.3 Trata-se de objeto com compras parceladas.** Sendo possível parcelar, contratar e entregar em diversas etapas de acordo a necessidade dos diversos setores de saúde.



## **12. PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO** (art. 18, §1º, inc. X)

12.1 A Secretaria de Saúde possui uma dinâmica de planejamento de suas necessidades e cronograma de execução a serem adotadas para que a contratação surta seus efeitos e cumpra com a finalidade pretendida.

12.2. Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizado a licitação, modalidade definida pelo setor de licitação segue para formalização de contrato.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES E IMPACTOS AMBIENTAIS** (art. 18, §1º, inc. XI e XII)

13.1 Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda.

13.2 A solução também não resultará em impactos ambientais negativos, nem demanda a adoção de medidas mitigadoras, adequação da rede lógica ou de rede elétrica. Ao contrário, a solução resultará em benefícios ambientais com redução expressiva de insumos como papel, toner, combustível, entre outros.

## **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (art. 18, §1º, inc. XIII)

14.1 O presente estudo técnico preliminar evidência que a contratação da solução descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

---

**ANA CAROLINA DE OLIVEIRA LEÃO**  
**ESTUDO TÉCNICO SECRETARIA DE SAÚDE**





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>TELEFONE:</b>		<b>EMAIL:</b>
<b>BANCO (NOME/Nº)</b>	<b>AGÊNCIA Nº:</b>	<b>CONTA CORRENTE Nº:</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:</b>		

LOTE XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						
VALOR GLOBAL DO LOTE XXXXXXXX						

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

**OBS:** Nos termos da cláusula instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



### ANEXO III

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX

Nº XXX/20XX

O **MUNICÍPIO DE MUCUGÊ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado pela Prefeita, \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) neste Município, o **FUNDO MUNICIPAL** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio da gestora do respectivo fundo a Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_ e portadora do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/BA residente e domiciliada neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2024, Processo Administrativo 013/2024**, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, nos Decretos Municipal nº 065/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1.0 DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de XX, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico SRP nº **003/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2.0 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: (Observar a tabela acima)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						
VALOR GLOBAL DO LOTE XXXXXXXX						

#### 3.0 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços;

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item/lote exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais),

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4.0 VALIDADE DA ATA**

4.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei n. 14.133/21.

#### **5.0 REVISÃO E CANCELAMENTO**



5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a **180 (cento e oitenta) dias**, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## **6. DAS PENALIDADES:**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme legislação.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento pelo fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **7. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**Unidade Gestora: 03.05.001 – FUNDO MUN. DE SAÚDE;**

**Atividade: 2.035 - GESTÃO DAS ACOES DA ATENCAO ESPECIALIZADA;**

**Atividade: 2.084 – ACOES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA;**

**Atividade: 2.044 – GESTÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL;**

**Atividade: 2.047 – GESTAO DAS ACOES DA ATENCAO PRIMARIA;**

**Atividade: 2.052 – GESTAO DAS ACOES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA;**

**Elemento Despesa: 3.3.9.0.30.00. – Material de Consumo;**

**Fonte de Recursos: 15001002 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Saúde - 15% ;**

**Fonte de Recursos: 16000000 – Transf.SUS-BI.de Manut.Ações e Serv.Púb.Saúde;**

**Fonte de Recursos: 17063110 - Transferência da União-Emenda Parlam. Individual.**

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**XXXXXXX - BA, XX de \_\_\_\_\_ de 20XX.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)**





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

(Processo Administrativo nº.013/2024)

Termo de Contrato de fornecimento que  
entre si fazem o **MUNICÍPIO DE  
MUCUGÊ** e a Empresa **XXXXXXXXXXXX**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024**

**O MUNICÍPIO DE MUCUGÊ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado pela Prefeita, \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) neste Município, o **FUNDO MUNICIPAL** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio da gestora do respectivo fundo a Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_ e portadora do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/BA residente e domiciliada neste município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) empresa \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **013/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços n. XXX, mediante **Pregão Eletrônico SRP nº 003/2024** e **Processo Administrativo 013/2024**, Tipo **MENOR PREÇO** que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e pelas demais disposições pertinentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** Este Contrato tem como objeto Contratação de empresa para fornecimento de \_\_\_\_\_, nas quantidades estimadas nos Anexos deste Contrato e Termo de Referência.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados; independentemente de transcrição.

**1.3..** Objeto da contratação:



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

LOTE XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						
VALOR GLOBAL DO LOTE XXXXXXXX						

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **XXX** contados do(a) **XXXXXXXXX**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor **Oswaldo Dos Santos Soares**, dessa Administração e será administrado pelo servidor José Marcos Oliveira Profeta ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Decreto Municipal nº 10/2024.

4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



- 4.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.10.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



## **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

**6.1.** O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02(dois)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05(cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **LIQUIDAÇÃO**

**7.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **01 (um) a 05 (cinco)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



**7.9.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.12.** A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.13.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até **10(dez)** dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.





## FORMA DE PAGAMENTO

**7.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.21.1.** Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**7.21.2.** Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

**7.22.3.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

**7.21.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, para o exercício de **2024**, na dotação abaixo discriminada:

**Atividade:** 2.035 - GESTÃO DAS ACOES DA ATENCAO ESPECIALIZADA;

**Atividade:** 2.084 – ACOES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA;

**Atividade:** 2.044 – GESTÃO DO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL;

**Atividade:** 2.047 – GESTAO DAS ACOES DA ATENCAO PRIMARIA;

**Atividade:** 2.052 – GESTAO DAS ACOES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA;

**Elemento Despesa:** 3.3.9.0.30.00. – **Material de Consumo**;

**Fonte de Recursos:** 15001002 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Saúde - 15% ;

**Fonte de Recursos:** 16000000 – Transf.SUS-BI.de Manut.Ações e Serv.Púb.Saúde;

**Fonte de Recursos:** 17063110 - Transferência da União-Emenda Parlam. Individual.

## CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

**9.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

**9.2** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice IPCA - Índice Nacional de Preços**



**ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**10.1.** São obrigações do Contratante:

**10.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**10.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**10.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**10.9.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**10.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.11.** A Administração terá o prazo de **30 (trintas) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**10.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como



por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.14.** Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

**10.15.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**10.16.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**10.17.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**10.18.** Não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**11.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**11.2.** Entregar os objetos em embalagem lacrada que comprove a não violação do produto, tampouco, seu uso anterior por outrem; descrição completa e detalhada do produto (bula/rotulo em português), marca, referências dentro das normas de controle de qualidade do INMETRO ou da ANVISA (quando for o caso) e prazo de validade;

**11.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**11.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**11.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.7.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



- 11.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 11.17.** A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.18.** O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 11.19.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.20.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02(dois) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- 11.21.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 11.22.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;





**11.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.24.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 12.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 12.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 12.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 12.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 12.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 12.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 12.7.** O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 12.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 12.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 12.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 12.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.





- 12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - iv. **Multa**:
    - 1. moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30(trinta)** dias;
    - 2. compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30(trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).



14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

15.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

- 17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

- 18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

- 19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Andaraí/Ba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXXX - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXX XXXX**  
**REPRESENTANTE – XXXXXXXX**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**  
**REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

- 1-  
2-



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ  
Nº), sediada no (a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente,  
os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis  
legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou  
administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado  
na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum  
dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos  
relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições  
estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).





ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ  
Nº),  
sediada no (a) \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), declara,  
sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para  
pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às  
regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei  
nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

---

## **ANEXO VII**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº XXX/20XX**, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
**(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).**



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

**ANEXO VIII**

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º,  
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI  
14.133/2021).**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

**Sim( )**

**Não ( )**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

**(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).**



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**

CNPJ – 13.922.562/0001-34

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.

Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## **ANEXO IX**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

**(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).**